

RELATÓRIO DE GESTÃO

2021

2022





EXPEDIENTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Luciano Cesar Casaroti
Procurador-Geral de Justiça

José Demóstenes de Abreu
Subprocurador-Geral de Justiça

Abel Andrade Leal Júnior
Chefe de Gabinete do PGJ

Celsimar Custódio Silva
Promotor de Justiça Assessor do PGJ

Marcelo Ulisses Sampaio
Promotor de Justiça Assessor do PGJ

Ricardo Alves Peres
Promotor de Justiça Assessor do PGJ

Alayla Milhomem Costa
Diretora-Geral

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Ana Paula Reigota Ferreira Catini

Jacqueline Borges Silva Tomaz

João Rodrigues Filho

José Demóstenes de Abreu

José Maria da Silva Júnior

Leila da Costa Vilela Magalhães

Luciano Cesar Casaroti

Maria Cotinha Bezerra Pereira

Marco Antonio Alves Bezerra

Macos Luciano Bignotti

Moacir Camargo de Oliveira

Ricardo Vicente da Silva

Vera Nilva Álvares Rocha Lira

ELABORAÇÃO

Denise Soares Dias
Chefe da Assessoria de Comunicação

Flávio Herculano
Textos

Luciana Duailibe
Revisão

Apoena Rezende
Projeto Gráfico

Marcelo de Deus
Ronaldo Mitt *(in memoriam)*
Fotos



**O Ministério Público nem é governo,
nem oposição. O Ministério Público
é constitucional; é a Constituição
em ação, em nome da sociedade,
do interesse público, da defesa do
regime, da eficácia e salvaguarda
das instituições”**

Paulo Bonavides

Jurista, jornalista e cientista político

APRESENTAÇÃO

Quando assumimos a gestão do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), em dezembro de 2020, tínhamos como meta dar continuidade ao processo histórico de estruturação e fortalecimento da instituição, porém com um importante desafio adicional: implementar um conjunto de medidas voltadas à inovação.

O foco da nossa gestão foi o de modernizar ferramentas e aperfeiçoar procedimentos e rotinas de trabalho, bem como otimizar os recursos humanos e os custos operacionais, em favor de uma atuação mais resolutiva, qualificada e dinâmica.

Sem dúvida, tratava-se de uma meta desafiadora. Elevava esta responsabilidade, o fato de estar à frente deste projeto o primeiro promotor de Justiça eleito para o cargo de procurador-geral de Justiça do Tocantins em mais de 20 anos, resultado da confiança no nosso nome e no plano de trabalho estabelecido para o biênio, em completo alinhamento com o Planejamento Estratégico Nacional e do MPTO.

Para efetivação deste planejamento, estabelecemos diálogos e parcerias. Afinal, o projeto de um Ministério Público efetivo e atuante precisa ser coletivo. Também contamos com os esforços de um quadro de membros e servidores incansáveis e conscientes quanto às suas responsabilidades e às transformações sociais que podem advir do seu trabalho.

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

**2021
2022**

Nesta prestação de contas, apresentamos os resultados alcançados, destacando as inovações nos sistemas eletrônicos, no portal institucional, a construção das novas sedes das Promotorias de Justiça de Paraíso e Gurupi, o início das obras da nova sede do MP em Araguaína e a realização de um concurso para membros, além da implementação de um projeto inovador de estágio de pós-graduação.

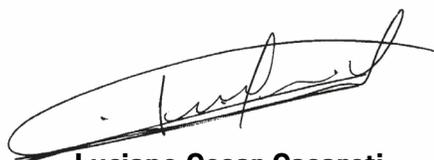
Também são destaque iniciativas em diversas frentes, voltadas ao aperfeiçoamento e à dinamização das atividades ministeriais, a exemplo do novo projeto de Secretarias Regionalizadas, da instalação de salas para a formalização de acordos e dos investimentos estratégicos na plataforma Google Workspace e em dispositivos tecnológicos voltados ao processamento e à transmissão de dados.

O incentivo ao desenvolvimento de projetos institucionais levou o MPTO a ganhar, de forma inédita, o segundo lugar por anos consecutivos no Prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público.

Ainda buscamos qualificar e estreitar a relação com o cidadão, criando a Ouvidoria da Mulher, o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos, o aplicativo MPTO Cidadão e diversos projetos na área de comunicação.

Procuramos implementar essa agenda de forma planejada e objetiva, dialogando com membros, servidores e entidades de classe, bem como trabalhando em harmonia com o Colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público.

Tudo que foi realizado teve como objetivo fortalecer o Ministério Público e a sua atuação em defesa da cidadania, para que o nosso trabalho corresponda plenamente aos anseios da sociedade. É isto que nos move.



Luciano Cesar Casaroti
Procurador-Geral de Justiça



Pág. 08 **CAPÍTULO 01**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

INTERLOCUÇÃO

ATUAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E ADMINISTRATIVA

INOVAÇÃO

RECONHECIMENTO

OPORTUNIDADE

COMUNICAÇÃO

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

INFRAESTRUTURA

QUADRO DE PESSOAL

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CONSELHO SUPERIOR

CORREGEDORIA GERAL

OUIDORIA

ESCOLA SUPERIOR

CAOMA

CAOPIJE

CAOSAÚDE

CAOCCID

CAOPP

CAOCRIM

GAECO

GAESP

GAEPP

GT ELEITORAL

NIS

NAPROM

NUPIA

Pág. 71 **CAPÍTULO 02**

VALORIZAÇÃO DOS INTEGRANTES

Pág. 81 **CAPÍTULO 03**

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Pág. 87 **CAPÍTULO 04**

RESULTADOS



ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR, ÓRGÃOS AUXILIARES, GRUPOS E NÚCLEOS

Os órgãos da Administração Superior, órgãos auxiliares, grupos e núcleos têm trabalhado de forma coordenada e colaborativa, em favor do fortalecimento do Ministério Público do Estado do Tocantins e de uma atuação mais qualificada, benéfica e eficaz por parte dos integrantes da instituição.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Visita do PGJ de Rondônia, Ivanildo de Oliveira, ao MPTO.

Representação institucional é reforçada

A agenda de trabalho do procurador-geral de Justiça, Luciano Casaroti, em 2021 e 2022, incluiu audiências com os chefes dos três Poderes, da Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Tocantins, além de agentes públicos, representantes de associações e de entidades da sociedade civil. O objetivo foi reforçar laços institucionais, discutir assuntos de gestão e construir a cooperação em diferentes áreas.



Presidente da Assembleia, Antonio Andrade, em visita à instituição



Reunião com presidente e vice-presidente do TJTO, João Rigo e Pedro Nelson, respectivamente

Intercâmbio entre MPs

Também se destacou nesse trabalho de aproximação institucional a visita, na sede do MPTO, de representantes de outras unidades do Ministério Público brasileiro, como Ivanildo de Oliveira (PGJ de Rondônia), Marcelo Ferra (procurador de Justiça do Mato Grosso), Clever Vasconcelos (promotor de Justiça de São Paulo), Márcio Pereira de Mello (promotor de Justiça do Amazonas) e Tarcísio Bonfim (vice-presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – Conamp).



Encontro de Procuradores-Gerais com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira.

Gestão amplia diálogo com parlamentares

Em diferentes ocasiões, o procurador-geral de Justiça manteve diálogo com parlamentares, o que incluiu a participação em encontros com os presidentes da Câmara Federal, Arthur Lira, e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, em Brasília, e a realização de reuniões com integrantes das bancadas federal e estadual do Tocantins, entre eles, o líder do governo no Congresso Nacional, senador Eduardo Gomes. Estiveram em pauta nas audiências, as propostas legislativas relativas ao Ministério Público.

Proatividade em Brasília

Visando a defesa dos interesses institucionais, o estabelecimento de vínculos e o compartilhamento de boas práticas de gestão, o procurador-geral de Justiça manteve presença constante nas reuniões do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ), da Procuradoria-Geral de República (PGR) e de outras instituições do Sistema de Justiça, compreendendo também o cumprimento de agenda no Supremo Tribunal Federal (STF).



PGJ, Luciano Casaroti; conselheiro do CNMP Jayme Martins e presidente do CNPJ, Norma Cavalcanti

INTERLOCUÇÃO



Reunião com os promotores da sede de Araguaína

Gestão percorre promotorias para conhecer a realidade de trabalho do interior

Na promoção de diálogos internos, o procurador-geral de Justiça, Luciano Casaroti, em conjunto com auxiliares mais próximos, percorreu diferentes regiões do Estado, visitando as Promotorias de Justiça de Araguaína, Augustinópolis, Araguatins, Colinas, Guaraí, Gurupi, Miracema, Porto Nacional e Paraíso.

As visitas técnicas fizeram parte do Projeto de Reuniões Descentralizadas da Gestão e tiveram como objetivo estreitar os debates com os membros e servidores e conhecer a realidade de trabalho das unidades do MPTO. Diversas melhorias administrativas tiveram origem nestes encontros.



Diretoria da ATMP



Diretoria da Asamp

■ Debate com entidades de classe

As entidades de classe que representam os membros e servidores do MPTO estão sempre inseridas nas discussões que visam o fortalecimento institucional. Por isso, foram frequentes as reuniões da Procuradoria-Geral de Justiça com a Associação Tocantinense do Ministério Público (ATMP), a Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público (Asamp) e o Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Tocantins (Sindsempto).

■ Metas são discutidas com órgãos auxiliares e departamentos administrativos

No início dos anos de 2021 e 2022, a Procuradoria-Geral de Justiça promoveu reuniões individuais com os chefes dos departamentos e coordenadores de órgãos auxiliares, tendo como objetivo discutir as prioridades e metas programadas para cada ano.

CHECK-UP - Para mensurar os resultados, promover melhorias nas rotinas de trabalho e aperfeiçoar os serviços da área administrativa, a Procuradoria-Geral de Justiça também realiza reuniões periódicas com servidores de cada setor. Os diálogos são conduzidos diretamente pelo PGJ, Luciano Casaroti.



Reunião com os servidores do Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

ATUAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E ADMINISTRATIVA



Sessão no pleno do Tribunal de Justiça

Procuradoria-Geral de Justiça supera 3 mil movimentações na esfera judicial

Durante o biênio 2021/2022, a Procuradoria-Geral de Justiça movimentou 3.319 processos judiciais em curso, em uma atuação que contemplou especialmente a defesa da constitucionalidade das leis do Estado, com a proposição de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs). Um dos destaques deste trabalho é a ADI que questionou a flexibilização das regras para a concessão de licenças ambientais no Tocantins.

Esfera Judicial
3.319 movimentações

Esfera extrajudicial
905 movimentações, sendo: 206 despachos, 29 decisões (declínios/outras), 43 arquivamentos, 12 recomendações, 28 portarias de instauração, 222 certidões/movimentações e 365 certidões/movimentações (servidores).

Esfera administrativa
1.411 movimentações no **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)**, destinadas à aquisição de produtos, à contratação de serviços e às demais demandas administrativas da instituição.

Atuação perante o CNMP
290 expedientes movimentados.



PGJ ao lado de deputados estaduais

Diversas propostas legislativas foram aprovadas

A fim de garantir o aperfeiçoamento e reestruturação dos serviços do MPTO, a valorização dos integrantes, assim como a concessão de direitos, a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins aprovou 10 propostas de alterações legislativas, nos anos de 2021 e 2022, das quais nove foram apresentadas no referido biênio.

A Procuradoria-Geral de Justiça não mediu esforços perante o Poder Legislativo ao realizar permanente acompanhamento das matérias, logrando aprovação de todas as propostas.

São destaques, as **aprovações dos projetos de lei** que instituíram a **licença compensatória**, o **Dia Estadual do Ministério Público** e os **cargos de assessores ministeriais**.

ATOS NORMATIVOS - A edição de atos administrativos pela Procuradoria-Geral de Justiça para otimizar e desburocratizar as rotinas de trabalho, bem como para aperfeiçoar as práticas ministeriais às diretrizes de uma gestão moderna, tem sido orientação constante de atuação, o que, até o momento, resultou na edição de 154 atos.

São destaques o ato que instituiu e regulamentou as **Secretarias Regionalizadas das Promotorias de Justiça do Bico do Papagaio** e de **Araguaína**, o que criou **Caop específico** para atuação na área de **combate ao crime** (a partir de cisão do antigo Caopac), o que regulamentou o **regime de teletrabalho** no âmbito do MPTO e o que instituiu a **Certidão MPTO** relativa aos procedimentos extrajudiciais em andamento na área finalística.



PGE e o PGR, Augusto Aras, em cerimônia no CNMP

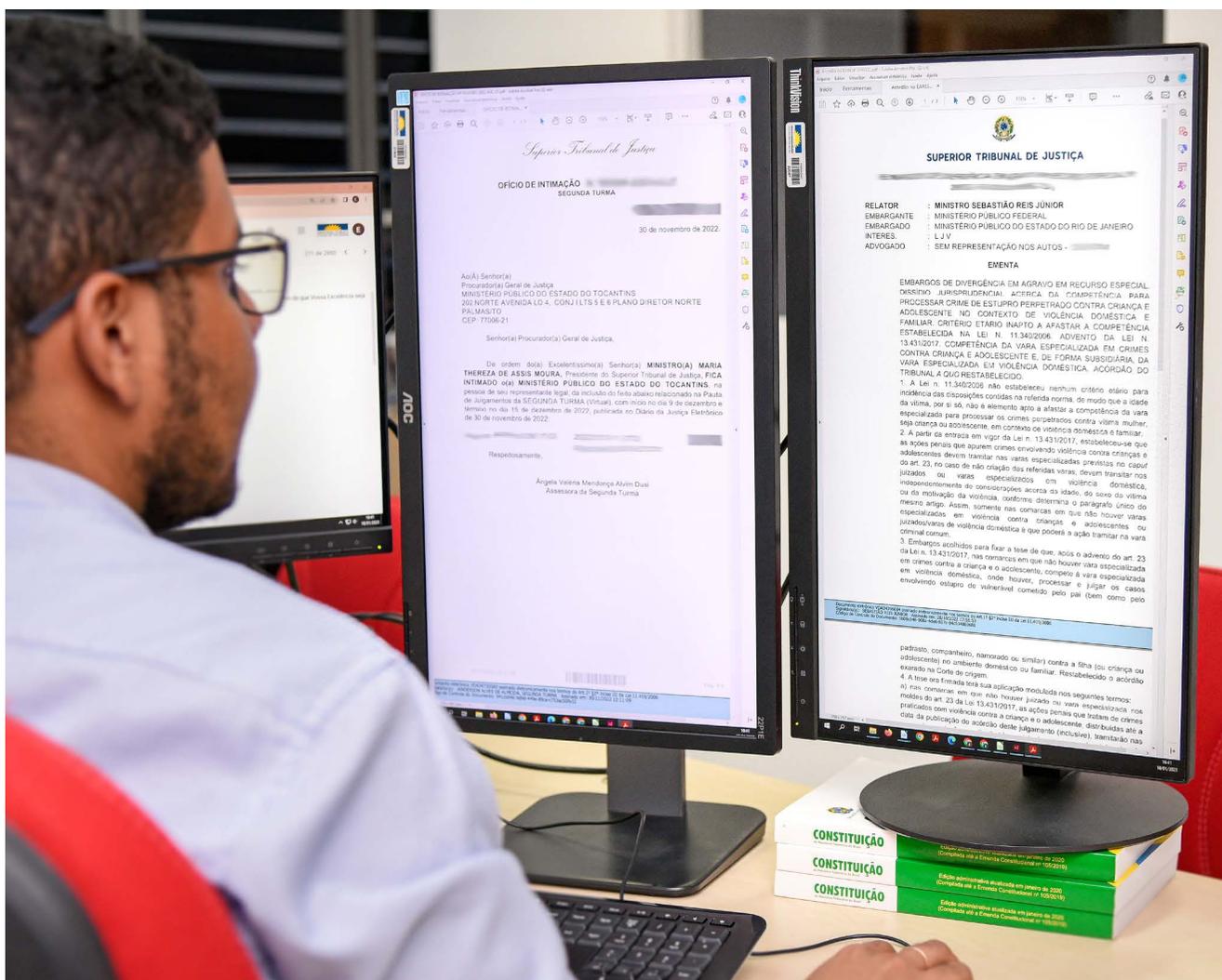
Acordos fortalecem atuação institucional

Atuando em colaboração com outros órgãos e instituições públicas, o MPTO tem fortalecido seu desempenho na defesa das leis e da cidadania. Nesse sentido, 70 acordos de cooperação foram celebrados no biênio 2021-2022, enquanto outros 56 encontram-se em fase de concepção.

Os acordos abrangem múltiplas finalidades, a exemplo do compartilhamento de softwares, informações e conhecimento técnico; da cooperação na realização de cursos de aperfeiçoamento; da composição de uma rede interinstitucional de defesa do direito à educação; dentre outros.

Também é destaque a recente adesão do MPTO a um acordo firmado entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), garantindo acesso à Plataforma Integrada de Operações e Monitoramento de Segurança Pública (Córtex) e possibilitando o intercâmbio de conhecimentos, informações, dados e tecnologias.

70 acordos de cooperação celebrados no **biênio**



Emissão de 64 portarias de designação em 2022

Nova metodologia eleva a quantidade de recursos do MPTO perante os tribunais superiores

Por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, foi sistematizada, a partir de 2022, a tarefa de designação de procuradores de Justiça para atuar perante os tribunais superiores, implementando uma metodologia de trabalho muito mais segura, funcional e dinâmica.

Essa metodologia ampliou a atuação do MPTO em face do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), aumentando a quantidade de recursos em 100%.

Em 2022, foram emitidas 64 portarias com a designação de membros para atuar nesses tribunais.

29 DE NOVEMBRO



**DIA ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO TOCANTINS
LEI COMPLEMENTAR N.140/22**

A data foi instituída em alusão à promulgação da primeira Lei Orgânica do MPTO

Dia Estadual do MPTO eleva sentimento de pertencimento de integrantes

A Lei Complementar n. 140/2022, proposta pela Procuradoria-Geral de Justiça, instituiu o Dia Estadual do Ministério Público do Estado do Tocantins, comemorado em 29 de novembro.

A iniciativa teve como principais objetivos reforçar a percepção da sociedade tocantinense acerca da instituição responsável por resguardar os seus direitos fundamentais, bem como elevar o orgulho e a sensação de pertencimento dos membros e servidores e lembrar a data em que entrou em vigor a primeira Lei Orgânica do MPTO, a qual reafirmou sua autonomia e definiu suas atribuições e sua organização.

A Lei Orgânica do MPTO foi sancionada em 29 de novembro de 1996. Antes dela, a instituição ainda adotava a Lei Orgânica do MP de Goiás.



O Navit conta com o suporte de faculdades parceiras

MPTO presta assistência às vítimas de crimes violentos

Em 2022, o Ministério Público instituiu o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais Violentos (Navit) e estabeleceu as parcerias necessárias ao seu funcionamento. Com isso, as vítimas de crimes, bem como seus familiares diretamente impactados, agora têm um espaço de acolhimento e amparo.

Antes relegadas a segundo plano na tramitação do processo penal, essas pessoas passaram a contar com a devida atenção, recebendo apoio psicológico e assistência jurídica relativa aos seus direitos e à possível reparação dos danos sofridos.

O **Navit** oferece **apoio psicológico** e **assistência jurídica**

Público-alvo

Pessoas que sofreram crimes violentos, domésticos, sexuais, patrimoniais ou relacionados a abuso policial, sendo elas vítimas diretas e indiretas (pessoas que possuem relação de afeto ou parentesco com a vítima, até o terceiro grau).



Certidões agora são emitidas eletronicamente

O MPTO modernizou o procedimento de emissão de certidões. Agora, o cidadão que precisa deste documento pode solicitá-lo e recebê-lo eletronicamente, por meio do site mpto.mp.br ou do aplicativo MPTO Cidadão.

As certidões informam se existem investigações de natureza cível ou criminal em curso na instituição.

Além de facilitar o acesso do documento aos cidadãos, a nova sistemática também desburocratizou os procedimentos internos para a emissão de certidões, facilitando o trabalho dos integrantes.

Cerca de **1.000 certidões emitidas** em 2022

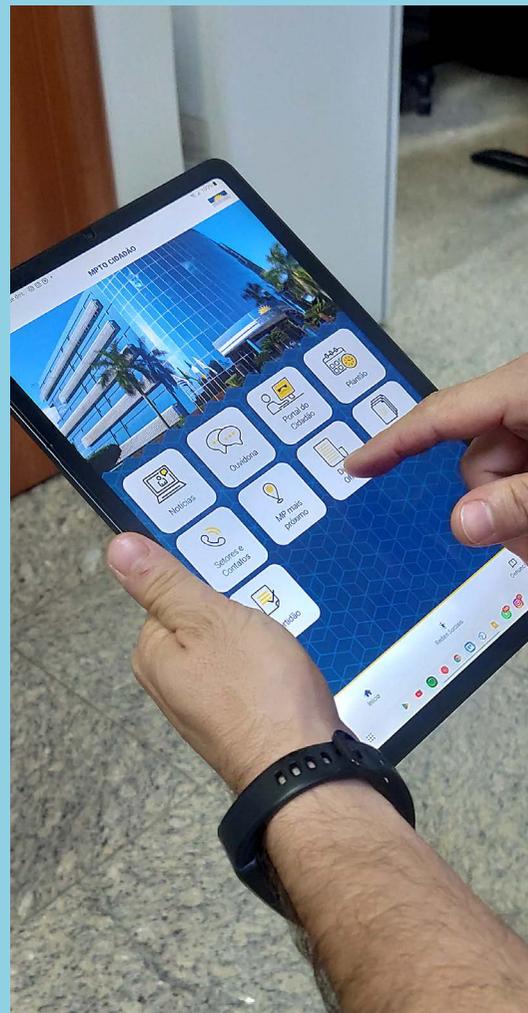
■ Aplicativo facilita a comunicação com o MPTO

Foi disponibilizado ao público, em 2022, o aplicativo MPTO Cidadão. Com ele, é possível acessar os principais serviços oferecidos pelo Ministério Público do Estado do Tocantins, a partir de celulares e tablets.

Com a iniciativa, o MPTO se aproxima ainda mais do cidadão, ampliando seus canais de comunicação e viabilizando um atendimento fácil e ágil, disponível 24 horas por dia.

Por meio da ferramenta, a sociedade pode realizar denúncias, protocolar documentos, solicitar certidões, acessar notícias, conferir endereços e telefones de promotorias e demais setores, além de acompanhar a tramitação de procedimentos, entre outros serviços e informações.

A plataforma oferece **todos os serviços do MPTO** ao cidadão, entre eles, canais da **Ouvidoria** e do **Protocolo**



Sala de videoconferências da sede de Paraíso

■ Gestão implanta salas para acordos e videoconferências

A Administração Superior está instalando, em 14 unidades do Ministério Público, salas apropriadas para a realização de acordos, contendo TV de 55 polegadas, computador e câmera inteligente com sistema de gravação e microfones. Os equipamentos são de última geração.

Essa ação prepara o MPTO para a tendência jurídica de fomentar a solução pacífica de conflitos. Os espaços multimídia podem ser utilizados também em videoconferências, reuniões e cursos.

A intenção é que estas salas sejam implantadas em todas as unidades do MPTO.



SALTO
MP Soluções Avanças
Laboratório Tocantins

Novo projeto estimula a inovação no MPTO

Para fomentar um ambiente cada vez mais moderno e resolutivo, foi criado em 2022 o Laboratório de Inovação do Ministério Público do Estado do Tocantins. Denominado “Soluções Avanças – Laboratório Tocantins (Salto/MP)”. O projeto reúne representantes de departamentos estratégicos da instituição que têm entre suas atribuições propor ações voltadas à desburocratização e ao aprimoramento dos métodos, procedimentos, ferramentas e rotinas de trabalho.



Secretaria Regionalizada da sede de Araguaína

Secretarias regionalizadas aprimoram serviços administrativos

Começou a ser executado, em 2022, o projeto “Secretarias Regionalizadas das Promotorias de Justiça”, que tem como objetivo principal aprimorar o serviço de apoio administrativo prestado às Promotorias de Justiça, capacitando servidores, padronizando rotinas de trabalho e reduzindo prazos de execução. O projeto também otimiza a força de trabalho do MPTO, já que os servidores atendem a um conjunto de promotorias, conforme o critério de regionalização.

O projeto-piloto foi implantado com o objetivo de ter observada sua viabilidade e de verificar eventuais necessidades de adequação. Nesta fase, foi instalada a Secretaria Regionalizada do Bico do Papagaio (abrangendo as Promotorias de Justiça de Ananás, Tocantinópolis, Wanderlândia e Xambioá) e a Secretaria Regionalizada de Araguaína, atendendo a 14 Promotorias de Justiça.

A longo prazo, a meta da Administração Superior é prover 100% das promotorias do interior do Estado com serviços regionalizados e de excelência.

18 Promotorias de Justiça atendidas



O projeto foi apresentado em reuniões virtuais

Com foco na desburocratização, projeto descentraliza recursos do suprimento de fundos

Como parte das ações voltadas à desburocratização da gestão, foi concebido em 2022 um projeto-piloto voltado à descentralização do Regime de Suprimento de Fundos do MPTO. Com a medida, as coordenações das Promotorias de Justiça terão autonomia para realizar compras de pequeno vulto e para contratar pequenos serviços urgentes. O projeto foi proposto pela Administração às promotorias de Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso.



Serão contemplados projetos definidos nos objetivos estratégicos

Lei permite que fundo do MPTO financie estudos e pesquisas

A lei complementar n. 04/2022 ampliou o rol de ações do Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público (FUMP), viabilizando o pagamento de bolsas de estudos, de pesquisa e de extensão, prioritariamente a pesquisadores de graduação, mestrado e doutorado oriundos de universidades que sejam parceiras do MPTO.

Os projetos e pesquisas deverão ser orientados à melhoria do conhecimento e da atuação do Ministério Público no combate à criminalidade, na defesa do meio ambiente, da saúde, da infância e juventude, do consumidor, e outras áreas definidas nos objetivos estratégicos.

RECONHECIMENTO



A iniciativa definiu metodologias de armazenamento e de acesso aos documentos do acervo da instituição

Projeto de gestão de documentos recebe prêmio CNMP

O Projeto de Gestão Documental, desenvolvido pelo MPTO, foi premiado nacionalmente, conquistando o 2º lugar na categoria especial “Gestão Documental e Memória Institucional” do Prêmio CNMP 2021.

A iniciativa criou procedimentos arquivísticos voltados à produção, tramitação, uso e avaliação dos documentos físicos e eletrônicos, o que possibilitou o armazenamento adequado e maior facilidade de acesso à documentação do acervo do MPTO. O projeto concorreu com outros 26 trabalhos.

O Prêmio CNMP tem o objetivo de dar visibilidade aos projetos do Ministério Público brasileiro que mais se destacaram na concretização dos objetivos do Planejamento Estratégico Nacional.

Projeto: **Gestão Documental e Memória Institucional**

Categoria: **Especial**

Executor: **Departamento de Planejamento e Gestão**



Na companhia do PGI, procurador de Justiça José Maria recebe prêmio

Projeto ambiental é destaque no Prêmio CNMP 2022

O projeto Chega de Lixão, desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma), alcançou a 2ª colocação no Prêmio CNMP 2022, na categoria Sustentabilidade.

O projeto tem como objetivo orientar, fiscalizar e promover a implantação de modelos de gestão de resíduos sólidos nos municípios tocantinenses. Para isso, foram realizadas inspeções em todas as cidades tocantinenses, além de reuniões com gestores e eventos de orientação técnica.

No geral, três mil iniciativas foram cadastradas no Banco Nacional de Projetos, das quais 533 foram habilitadas para concorrer ao Prêmio CNMP 2022.

Projeto: **Chega de Lixão**
 Categoria: **Sustentabilidade**
 Órgão executor: **Caoma**

■ A Iniciativa na área de segurança institucional é premiada nacionalmente

O MPTO foi um dos vencedores do “Prêmio MP + Seguro”, concedido em 2021 pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A instituição foi premiada com o 2º lugar na categoria “Qualidade em Segurança Institucional”, em reconhecimento às ações implementadas para garantir a melhoria dos procedimentos de segurança do MP.

O coordenador do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS), promotor de Justiça Rodrigo Alves Barcellos, representou o MPTO na solenidade de premiação.



Coordenador do NIS, Rodrigo Barcellos, e o conselheiro do CNMP Marcelo Weitzel

Projeto: **Ações de melhorias dos procedimentos de segurança institucional**
 Categoria: **Qualidade em Segurança Institucional**
 Órgão executor: **NIS**



Promotor Juan Aguirre representou Caleb Melo na cerimônia de premiação

Projetos: **Morar Bem Faz Bem**
Repopoamento Incentivado
 Executor: **Promotor Caleb Melo**

■ Boas práticas do MPTO são reconhecidas no Prêmio Acordo de Não Persecução Penal

Os projetos “Morar Bem Faz Bem” e “Repopoamento Incentivado”, desenvolvidos pelo MPTO em Arapoema e municípios circunvizinhos, receberam o Prêmio Acordo de Não Persecução Penal, concedido pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ) com o objetivo de estimular boas práticas na área.

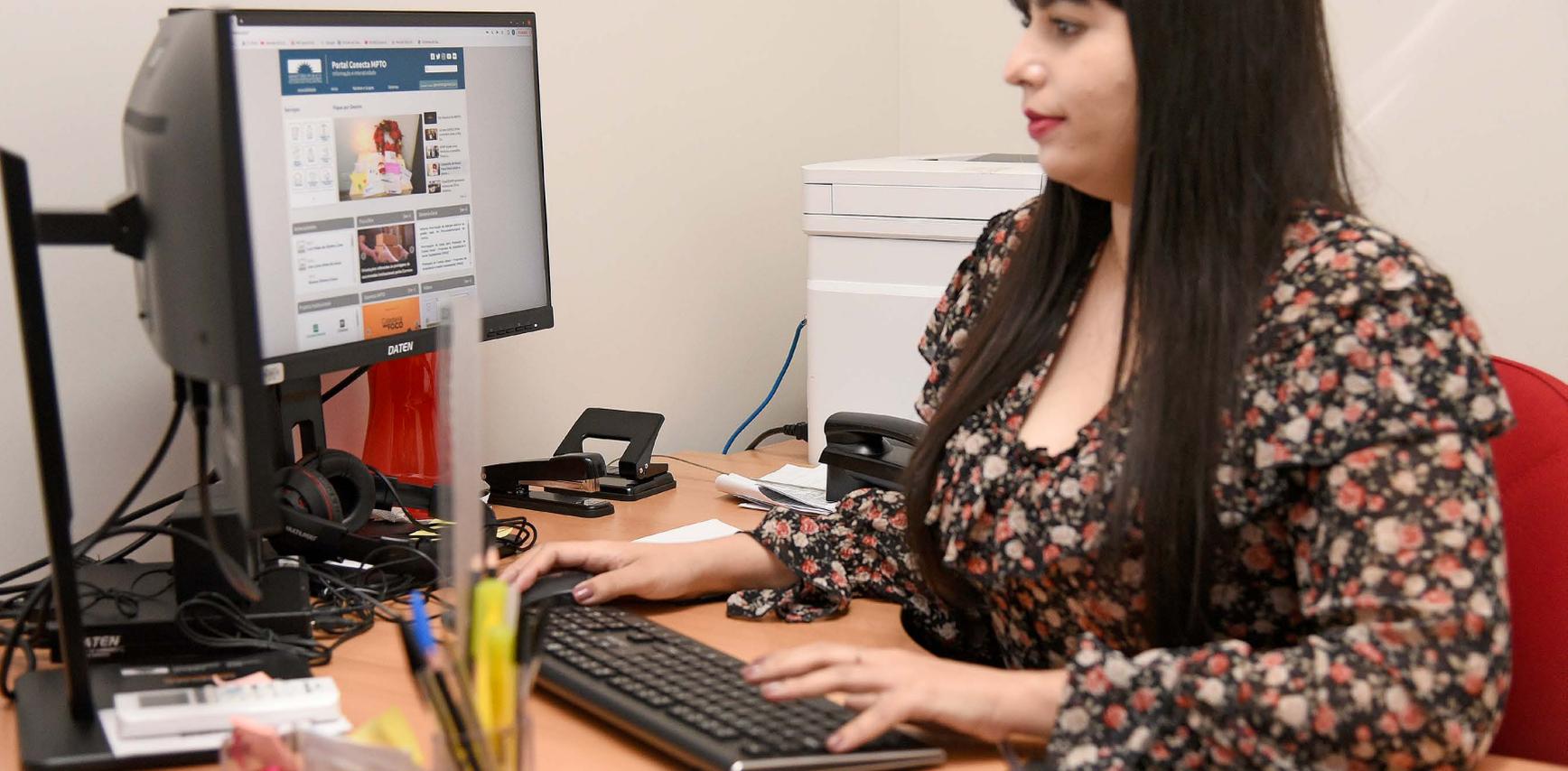
O “Morar Bem Faz Bem” é uma ação na área da habitação social que recebeu recursos oriundos de ANPPs e beneficiou nove famílias em situação de vulnerabilidade social. Já o “Repopoamento Incentivado”, da área ambiental, promove a soltura de filhotes de peixe em rios, represas e lagoas.

■ Elaboração de projetos garante melhores resultados às ações ministeriais

Ao longo da gestão, a Procuradoria-Geral de Justiça incentivou seus integrantes a programar atividades de cada ano, por meio da elaboração de projetos.

Com essa organização dos serviços, em que são definidos objetivos, metas e prazos, busca-se aperfeiçoar a dinâmica dos trabalhos e contribuir para a melhoria dos resultados.

Para 2023, foi aprovada a execução de 25 novos projetos. A seleção é realizada, conjuntamente, pelos membros e servidores que integram a Comissão de Gestão da Estratégia (CGE) do MPTO.



A iniciativa foi considerada inovadora entre os MPs

Novo programa de estágio abre espaço para estudantes de pós-graduação

Uma das metas da gestão, o programa Residência Ministerial foi instituído em 2021, trazendo para a estrutura do Ministério Público estagiários em nível de pós-graduação.

Com a iniciativa, a administração reforça sua interlocução com a comunidade acadêmica, contribui para a qualificação de novos profissionais e possibilita o ingresso de estagiários com nível de conhecimento avançado em todas as unidades do MPTO.

O programa oferece 149 vagas e é voltado a estudantes que estejam participando de cursos de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado, em Direito e outras 13 áreas.

149 vagas ofertadas
no total de **14** áreas de conhecimento

■ Iniciativa é referência para o CNMP

Ao normatizar a execução do Programa de Residência nas unidades e ramos do Ministério Público brasileiro, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) tomou como referência o modelo estabelecido no MPTO, acolhendo sugestão da Procuradoria-Geral de Justiça do Tocantins.

Assim, a proposta original do CNMP, que autorizava estágios de pós-graduação apenas na área do Direito, foi ampliada e passou a abranger áreas profissionais correlatas às atividades ministeriais, a exemplo de arquitetura, engenharia civil, engenharia ambiental, psicologia, serviço social, pedagogia e tecnologia da informação.

ÁREAS CONTEMPLADAS:

- Arquitetura
- Engenharia Civil
- Engenharia Ambiental
- Psicologia
- Serviço Social
- Pedagogia
- Tecnologia de Informação

■ Programa de estágio de graduação contempla 12 cursos

Cerca de 70 estudantes de graduação realizam estágio supervisionado no MPTO, em Palmas e nas Promotorias de Justiça do interior, tendo a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos, aprender com base na experiência e vivenciar os desafios da profissão. O programa de estágio contempla 12 cursos diferentes.

ÁREAS CONTEMPLADAS: Direito, Comunicação Social/Jornalismo, Engenharia Ambiental, Ciências Contábeis, Pedagogia, Serviço Social, Geografia, Gestão Pública, Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação e Engenharia Civil.



Os estagiários são distribuídos entre as unidades do MPTO

COMUNICAÇÃO



A gestão tem implementado os serviços de forma inclusiva e acessível

Portal na internet ganha recursos voltados à acessibilidade

Em 2022, o portal do MPTO na internet (www.mpto.mp.br) tornou-se mais inclusivo, ganhando um novo recurso voltado à acessibilidade de pessoas com deficiência. Trata-se da Maya, uma personagem virtual que traduz automaticamente textos, imagens e áudios para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Também foi disponibilizada conversão de textos para áudio de todos os conteúdos publicados.

OUTRAS MUDANÇAS - E com o intuito de prestar orientações ao cidadão, está sendo integrada ao portal uma assistente virtual, que interage e esclarece dúvidas acerca dos serviços do MPTO. Também foi programada, para o primeiro semestre de 2023, uma reformulação de layout e de conteúdo para o portal, prevendo-se novas funcionalidades e maior destaque para os serviços direcionados ao cidadão.

Acessibilidade e Inclusão

■ Programas no rádio e na TV dialogam com o cidadão

Com o objetivo de levar ao cidadão informação sobre os seus direitos, democratizar o conhecimento e divulgar a atuação do MPTO na garantia das leis, a instituição obteve espaço na programação de um conjunto de rádios, na TV Assembleia e na Unitins TV, ampliando sua comunicação com o público dos 139 municípios do Estado. O conteúdo de TV também é disponibilizado no YouTube.



A produção de programas de rádio e de TV foi uma das principais iniciativas da gestão na área de comunicação

Os programas abordam temas relacionados ao **Direito** e à **Cidadania**

Rádios comunitárias e comerciais - De segunda a sexta-feira, o MPTO veicula programa de notícias em 34 rádios comunitárias e comerciais, que abrangem todas as cidades do Tocantins e também municípios do Maranhão e Pará. Foram produzidas 437 edições do programa em 2021 e 2022.

UFT FM (96,9) - Semanalmente, o MPTO veicula um programa de entrevista na rádio UFT FM (96,9), acerca de temas atuais relacionados ao Direito e à cidadania. Ao longo do biênio, foram produzidos 76 programas.

Unitins FM (96) - Às segundas, quartas e sextas-feiras, é exibido um quadro que presta informações aos ouvintes sobre os serviços do MPTO e esclarece como a população pode acessá-los, a fim de ter os seus direitos preservados. Foram produzidas 167 edições do quadro no biênio 2021/2022.

TV Assembleia e Unitins TV - Veiculado mensalmente na TV Assembleia e na Unitins TV, além de disponibilizado no YouTube, o programa de TV apresenta entrevistas e informações diversas relacionadas à cidadania e aos serviços do MPTO.



Edição do Saber MP na Unicatólica

■ Saber MP fortalece diálogo com universitários

Para aproximar o Ministério Público da comunidade acadêmica, foi lançado em agosto de 2022 o projeto “Saber MP – Democratizando o conhecimento”, que leva procuradores e promotores de Justiça até as universidades, para dialogar com estudantes. Na oportunidade, os membros falam sobre o papel da instituição e discutem, com os alunos, temas atuais relacionados ao Direito e ao exercício da cidadania. A iniciativa contempla universidades públicas e privadas.

Em quatro meses, o projeto envolveu cerca de 400 estudantes de faculdades de Palmas, Paraíso e Gurupi.

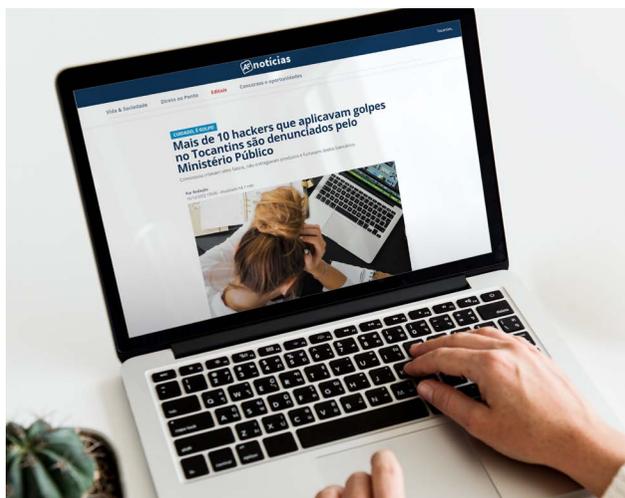
■ Prêmio valoriza o papel social do jornalismo

Como forma de valorizar o jornalismo focado na defesa da cidadania, a Procuradoria-Geral de Justiça deu continuidade ao Prêmio Ministério Público de Jornalismo, promovendo a realização de edições anuais e um substancial acréscimo no valor total da premiação, que passou de R\$ 38 mil para R\$ 60 mil. O prêmio chegou, em 2022, a sua sexta edição, com 59 trabalhos inscritos.

Prêmio 2022: **R\$ 60 MIL** em premiações com recorde de trabalhos inscritos: **59**



Em 2022, o valor da premiação saltou de R\$ 38 mil para R\$ 60 mil



98% das menções são positivas



A atuação do MPTO ganhou destaque em reportagens nacionais

■ MPTO alcança mais de 19 mil citações na imprensa

As ações desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação (Ascom) do MPTO em favor da transparência e do acesso à informação contribuíram para que a instituição alcançasse 19.285 citações na imprensa, nos anos de 2021 e 2022. Mais de 98% destas menções são avaliadas como positivas, o que reflete na construção de uma imagem favorável e no reconhecimento público do trabalho desenvolvido pelo MPTO.

REDES SOCIAIS - Este trabalho informativo se complementa nas redes sociais. Em perfis mantidos pelo Ministério Público no Facebook, Twitter, Instagram, Flickr e YouTube. Foram realizadas 5.302 publicações em 2021 e 2022.

Produção de **2.713** releases e
19.285 citações na imprensa

Produção e veiculação de
5.302 publicações nas redes sociais



Os integrantes recebem o programa de vídeo com notícias internas pelo whatsapp

■ Novos produtos reforçam a comunicação interna

A comunicação institucional do MPTO com seus integrantes também ganhou produtos estratégicos ao longo da gestão 2021/2022.

São destaques um portal na intranet, que concentra os principais serviços e informações internas; um sistema de TV Indoor, que apresenta vídeos institucionais em monitores instalados nas unidades do Ministério Público de Palmas e do interior; além de dois informativos periódicos, encaminhados via WhatsApp, sendo um em formato de vídeo e outro em formato de texto.

SEGURANÇA INSTITUCIONAL



Os integrantes foram orientados sobre os procedimentos de segurança

Segurança institucional é reformulada

Um amplo estudo desenvolvido por uma consultoria especializada, em 2021, reformulou as políticas, a estrutura de serviços e as práticas internas do MPTO na área de segurança institucional.

O trabalho envolveu a revisão da estrutura que compõe o sistema de segurança institucional do MPTO, o planejamento de um conjunto de normativas e a realização de capacitações dos integrantes da instituição em três níveis: estratégico, tático e operacional.

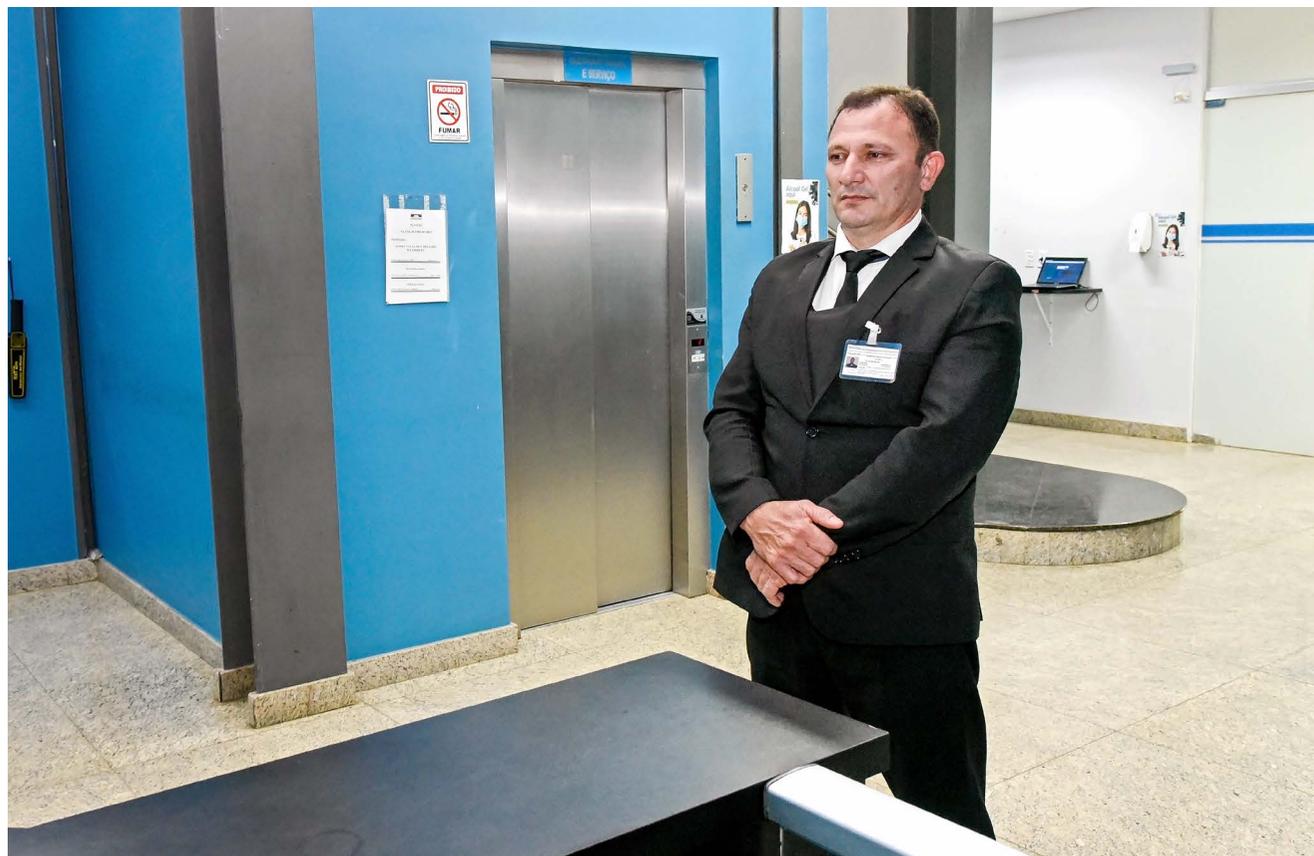
A consultoria foi viabilizada pela Procuradoria-Geral de Justiça em atendimento à demanda do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS).

Equipes de vigilância recebem treinamento

As equipes que prestam serviço de segurança armada nas unidades do Ministério Público, em Palmas e no interior do Estado, receberam capacitação acerca das novas diretrizes e protocolos de segurança institucional.

A capacitação envolveu cerca de 60 profissionais, contemplando, pela primeira vez, seguranças do interior. O serviço foi prestado conjuntamente pela Assessoria Militar e pelo Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS), em 2022.

60 profissionais de segurança da capital e do interior foram capacitados



Contrato de vigilância é renovado com valor reduzido

A Procuradoria-Geral de Justiça renovou em 2021 o contrato referente à prestação de serviços de segurança armada nas sedes do Ministério Público, com uma substancial redução de valores. Antes, a instituição pagava anualmente pelo serviço R\$ 4.525.695,00. Na nova contratação, terminou fixado valor anual de R\$ 3.507.712,08. A redução no valor do contrato não comprometeu a qualidade do serviços

Redução de **23%** no valor do contrato dos serviços de segurança armada

Segurança de unidades do interior é avaliada in loco

Durante uma série de visitas técnicas a oito sedes de Promotorias de Justiça do interior, foram verificadas as condições dos prédios, dos equipamentos e do armamento em posse das respectivas equipes de segurança. O objetivo foi identificar e sanar possíveis deficiências que comprometessem a segurança das instalações e dos integrantes do MPTO.

O trabalho foi realizado pela Assessoria Militar e pelo Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS), em 2022, nas unidades de Araguacema, Cristalândia, Miranorte, Miracema, Natividade, Paraíso, Pium e Porto Nacional.



MPTO adquire veículo blindado

Em setembro de 2021, foi incorporado à frota do Ministério Público do Estado do Tocantins o primeiro veículo blindado da instituição.

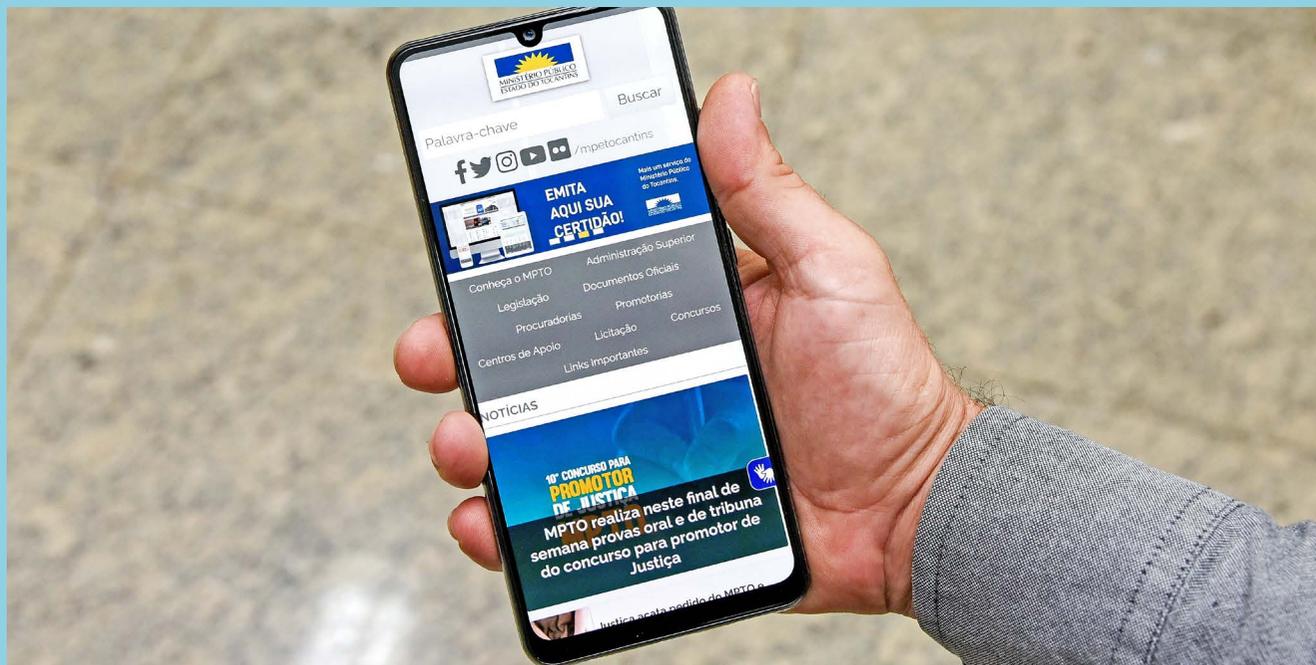
O automóvel destina-se a reforçar a proteção dos membros e servidores, garantindo-lhes condições para o pleno exercício de suas funções. Seu uso é coordenado pelo Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS).

Blindado reforça segurança de integrantes

Dispositivos também visam a segurança institucional

Com o objetivo de contribuir para a segurança da informação, a Procuradoria-Geral de Justiça disponibilizou pendrives aos integrantes do MPTO, para serem utilizados exclusivamente nas atividades da instituição.

A iniciativa tem a finalidade de minimizar riscos e melhorar a gestão de dados, fazendo parte de um amplo conjunto de ações voltadas à segurança cibernética.



■ Celulares corporativos reforçam segurança de membros

Em uma nova ação administrativa, a Administração Superior ofereceu a todos os promotores de Justiça a possibilidade de acesso a uma linha institucional de telefonia móvel. A medida destinou-se a reforçar a segurança dos membros, ao evitar o uso de linhas pessoais em comunicações com potencialidade de risco.

A medida também facilitou o diálogo dos promotores de Justiça com os diferentes públicos que buscam os serviços da instituição.

■ Novo canal agiliza comunicação de incidentes de segurança

Como parte das estratégias de aperfeiçoamento da segurança institucional, a gestão disponibilizou em 2022 dois canais telefônicos (sendo um telefone fixo e um celular) para o recebimento de comunicações sobre incidentes relacionados à segurança das instalações, do patrimônio e de integrantes do MPTO.

Os canais funcionam 24 horas, nos sete dias da semana, atendendo demandas relativas a todas as unidades do Ministério Público.





Investimentos em obras alcançam R\$ 27 milhões

Para viabilizar condições adequadas de trabalho aos membros, servidores e estagiários, além de conforto aos cidadãos que procuram o Ministério Público, a gestão destinou R\$ 27 milhões para a execução de obras, o que incluiu serviços de construção e reforma.



Cerimônia de inauguração da sede de Paraíso, em agosto de 2022



Foram adotados padrões de acessibilidade

Promotorias de Paraíso ganham sede ampla e moderna

Foi inaugurada em agosto de 2022 a nova sede das Promotorias de Justiça de Paraíso, construída conforme padrão arquitetônico que contribui para o pleno desenvolvimento das atividades ministeriais, objetivando uma prestação de serviços de qualidade ao cidadão.

A construção também respeita todos os padrões de acessibilidade e foi planejada para proporcionar melhor conforto, com isolamento termoacústico e segurança. Prezando pela humanização no atendimento, também dispõe de espaço infantil e espaço para amamentação.

Espaços **humanizados** e com **acessibilidade**

DADOS DA OBRA

- Investimento: R\$ 2.932.731,35
- Área construída: 1.047,85 m²
- Recepção ampla e acessível
- Seis gabinetes de promotoria, com banheiro
- Seis salas para analistas
- Sala para técnicos e estagiários
- Sala para oficiais de diligência
- Plenário
- Cartório
- Arquivo geral
- Almojarifado
- Copa e depósito de material de limpeza
- Banheiro público com acessibilidade
- Piso tátil
- Rampa de acessibilidade
- Vestiários para servidores
- Espaço infantil
- Espaço para amamentação
- Garagem privativa para os membros, servidores e veículos oficiais
- Estacionamento público com vaga especial
- Energia solar



A inauguração da obra está prevista para ocorrer nos próximos meses

Novas instalações de Gurupi também são um marco institucional

Um marco para a gestão do Ministério Público e para o aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade foi a construção da futura sede das Promotorias de Justiça de Gurupi, que também segue o padrão arquitetônico pensado para assegurar funcionalidade, acessibilidade, conforto e segurança. A inauguração está prevista para os próximos meses.

DADOS DA OBRA

- Investimento: R\$ 4.468.257,20
- Área construída: 1.643,03 m²
- Recepção ampla e acessível
- Doze gabinetes de promotoria
- Doze salas para analistas
- Sala de técnicos e estagiários
- Sala para oficiais de diligência
- Plenário
- Cartório
- Arquivo geral
- Almoxarifado
- Copa e depósito de material de limpeza
- Banheiro público com acessibilidade
- Vestiários para funcionários
- Garagem privativa para os membros, servidores e veículos oficiais
- Estacionamento público com vaga especial
- Sala de amamentação
- Espaço infantil
- Energia solar
- Rampa de acessibilidade
- Piso tátil



As obras da sede de Araguaína foram iniciadas em dezembro de 2022

Obras da futura sede de Araguaína são iniciadas

Após um amplo planejamento, a gestão iniciou, em dezembro de 2022, as obras de construção da futura sede de Araguaína, prédio que contará com três pavimentos (incluindo subsolo para garagens), 3.200 m² de área construída e capacidade estrutural para posterior ampliação.

O prédio está sendo edificado em um terreno de 4.945 metros quadrados com localização estratégica, na Avenida Filadélfia. A previsão de investimento na obra é de R\$ 15,5 milhões, conforme o resultado da licitação.

O planejamento da obra considerou, além dos aspectos gerais de funcionalidade, acessibilidade, conforto e segurança, também as especificidades locais, sendo discutido pela Administração Superior com os promotores de Justiça da sede.

3.200 m² de área construída

R\$ 15,5 milhões de valor da obra

2º semestre de 2024 previsão de conclusão da obra



As reformas obedeceram às necessidades específicas de cada unidade

Reformas melhoram condições de trabalho no interior

Diversas sedes de Promotorias de Justiça receberam serviços de revitalização em 2021 e 2022. O trabalho visou manter os prédios em condições adequadas de funcionamento, sendo realizado a partir das necessidades específicas de cada unidade.

Além das reformas prediais, também foi promovida a cobertura das vagas da garagem das Promotorias de Justiça de Guaraí.

PROMOTORIAS ATENDIDAS

Ponte Alta, Novo Acordo, Miranorte, Miracema, Goiatins, Almas, Dianópolis, Alvorada, Tocantínia, Ananás, Wanderlândia, Pedro Afonso, Xambioá, Arapoema e Peixe.

15 Promotorias reformadas

Colinas é ampliada e revitalizada

Em 2021, a sede das Promotorias de Justiça de Colinas do Tocantins passou por um processo de ampliação e reforma, que garantiu melhores condições de trabalho aos integrantes.

O prédio ganhou 107 metros quadrados de área construída, recebendo um gabinete adicional para promotor com banheiro privativo integrado, sala para analista e sala para reuniões. Os quatro gabinetes já existentes receberam banheiros privativos, entre outras adequações internas realizadas.

Ainda foi realizada a substituição do telhado, a cobertura das garagens privativas e efetuada a pintura externa e interna do prédio.



O prédio passou por melhoria gradativa ao longo do biênio



O auditório principal recebeu poltronas novas e os sistemas de som e iluminação foram substituídos

Sede em Palmas recebe melhorias estruturais

Ao longo da gestão, a Procuradoria-Geral de Justiça, em Palmas, recebeu uma série de melhorias estruturais, executadas com foco na segurança e na acessibilidade, além dos serviços essenciais de manutenção predial.

A estrutura interna do prédio também passou por diversas adequações em 2021/2022, voltadas a proporcionar condições adequadas de funcionamento das Promotorias de Justiça, dos centros de apoio e outros órgãos internos.

PRINCIPAIS BENFEITORIAS

- Pintura externa, incluindo o tratamento de trincas com material impermeabilizante
- Instalação de guarda-corpo em aço inox e vidro laminado em todos os mezaninos, conforme orientações de segurança
- Instalação de corrimão em aço inox nas escadas, em dupla altura, conforme orientações de acessibilidade
- Instalação de piso tátil na calçada, com linha-guia que serve de orientação às pessoas com deficiência visual ou baixa visão
- Nivelamento do piso da calçada para a garantia da acessibilidade
- Substituição do telhado e impermeabilização de laje da sede e do Anexo I, a fim de evitar infiltrações
- Troca dos forros da sede, substituindo o material PVC por gesso acartonado
- Revitalização do plenário do Colégio de Procuradores de Justiça
- Revitalização do auditório principal (térreo)
- Revitalização do auditório de apoio (localizado no 1º piso)
- Substituição do antigo gerador de energia instalado na sede
- Revestimento do muro com reboco

■ Cessão de lote vizinho à sede do MPTO viabiliza melhorias futuras

Após intensa interlocução junto ao Estado do Tocantins, a Procuradoria-Geral de Justiça obteve, em 2022, a cessão de um lote público com dimensão de 1.800 metros quadrados, situado vizinho à sua sede, em Palmas, onde antes funcionava uma agência bancária.

Em razão da localização, o imóvel viabilizará a ampliação futura da sede da Procuradoria-Geral de Justiça, melhorando as condições de trabalho dos integrantes e abrindo espaço para a melhoria dos serviços prestados ao cidadão.



Ato de assinatura do Termo de Doação pelo governador Wanderlei Barbosa

■ MPTO investe em sustentabilidade energética

Atuando de forma planejada, com responsabilidade econômica e atenção à sustentabilidade, a Procuradoria-Geral de Justiça investiu na produção de energia solar para as unidades do MPTO. As primeiras unidades a receberem os equipamentos foram as sedes de Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e o Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça, em Palmas.

A nova sede das Promotorias de Justiça de Gurupi, ao final de sua construção, também receberá os equipamentos de energia solar, assim como acontecerá com a futura sede de Araguaína. A longo prazo, a intenção é que todas as instalações sejam supridas por esta modalidade, proporcionando independência energética ao MPTO.



A intenção é que todas as instalações sejam autosustentáveis

**Independência energética e
responsabilidade socioambiental**



Investimentos em mobiliários e equipamentos somam mais de R\$ 5 milhões em dois anos

Os integrantes do Ministério Público hoje contam com melhor estrutura e condições de trabalho, graças aos investimentos realizados pela gestão no biênio 2021/2022, como:

- Renovação de poltronas, cadeiras, estações de trabalho, armários, estantes, gaveteiros, mesas e diversos outros itens indispensáveis ao funcionamento das unidades do MPTO.
- Aquisição de novos aparelhos de ar-condicionado para a Procuradoria-Geral de Justiça e para sedes próprias de Promotorias.
- Oito novos automóveis, sendo seis sedãs, um furgão e uma caminhonete blindada.

QUADRO DE PESSOAL



Cerimônia de abertura das provas oral e de tribuna

MPTO realiza concurso para promotores

O Ministério Público homologou, em 2022, o resultado do 10º Concurso para Promotor de Justiça Substituto, que contou com seis etapas, realizadas ao longo do ano.

O certame foi destinado ao provimento de sete cargos de promotor de Justiça substituto e à formação de cadastro reserva, tendo como objetivo reforçar o quadro de membros e viabilizar o aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade.

O objetivo da Administração Superior é lotar as Promotorias de Justiça que estão desprovidas de membros, porém mantendo os gastos com pessoal rigorosamente enquadrados nos limites legais.

Cinco aprovados no concurso já foram **nomeados**



Reunião da comissão do concurso

■ Concurso para servidores é planejado

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento dos serviços ministeriais, a Procuradoria-Geral de Justiça instituiu em 2022 uma comissão para atuar no planejamento de um novo concurso público para o quadro de servidores do Ministério Público.

A comissão é presidida pelo procurador-geral de Justiça, Luciano Casaroti, e integrada por três membros titulares e dois suplentes. A administração avalia a demanda de implemento no quadro auxiliar do MPTO, obedecendo também aos aspectos relacionados à responsabilidade fiscal e à disponibilidade financeira.

■ Equilíbrio nos gastos com pessoal

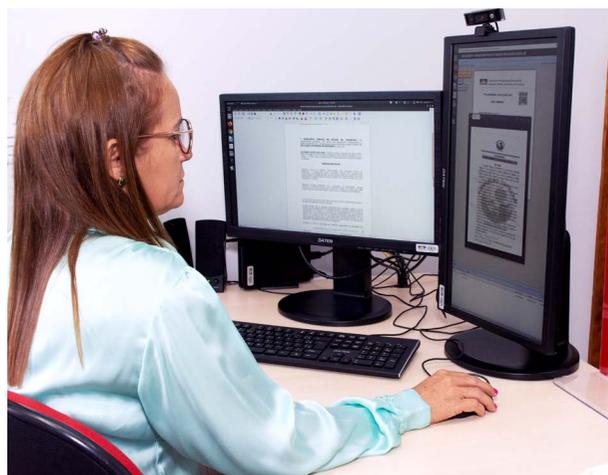
Como reflexo da responsabilidade da administração do MPTO, especialmente em termos fiscais, a gestão encerrou 2022 com o indicativo de redução de gastos com pessoal, chegando a 1,31% da Receita Corrente Líquida do Estado – um índice muito inferior ao teto de 2,0% estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em 2021, o índice consolidado foi de 1,43%.

Indicador coloca **MPTO** em **destaque** em termos de **Responsabilidade Fiscal**

■ Novos cargos de assessor ministerial proporcionam melhor suporte às promotorias

Por meio de lei estadual, a Procuradoria-Geral de Justiça promoveu a reestruturação dos serviços auxiliares do MPTO, extinguindo 56 cargos em comissão de auxiliar técnico e substituindo-os por 75 novos cargos de assessor ministerial.

Além da ampliação da força de trabalho, a medida teve como meta a qualificação do corpo profissional do MPTO, já que os cargos de assessor ministerial são, necessariamente, destinados a servidores com formação de nível superior. Os novos cargos visam, sobretudo, prestar suporte às atividades das Promotorias de Justiça.



Os cargos são ocupados por servidores com formação de nível superior

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Mais de R\$ 15 milhões são investidos em TI

Considerada uma área estratégica pela Procuradoria-Geral de Justiça, a Tecnologia da Informação (TI) recebeu investimentos que totalizam R\$ 15.765.310,00 milhões durante o biênio 2021/2022. Os recursos foram aplicados na aquisição de equipamentos, em soluções relacionadas à velocidade da internet, bem como ao desempenho e segurança no processamento de dados.

Área de **tecnologia** foi **priorizada** pela gestão



Computador de alto desempenho



Procuradores e promotores receberam equipamentos de alto desempenho

■ Quantidade de computadores novos é destaque na história do MPTO

Ao longo do biênio, a Procuradoria-Geral de Justiça investiu na aquisição de hardwares, no que se incluem 209 computadores de mesa, 130 notebooks, monitores, impressoras, nobreaks e scanners.

Dos 209 novos computadores, 10 se caracterizam como de alto desempenho em termos de memória e processamento, tendo sido adquiridos para a execução de atividades especiais. Os 130 notebooks também possuem configuração de alto desempenho e hoje atendem às necessidades de procuradores e promotores de Justiça e do Colégio de Procuradores de Justiça.

Além disso, também foram destinadas webcams para os gabinetes de todos os membros do MPTO, o que viabilizou a gravação (em áudio e vídeo) de audiências administrativas, de reuniões e da coleta de depoimentos.

209 Computadores de mesa e **130** Notebooks

Além de **monitores, impressoras, nobreaks, scanners** e **webcams**

■ Investimentos estratégicos aperfeiçoam processamento de dados e velocidade da internet

Além de prosseguir com os habituais investimentos na renovação do maquinário, a gestão promoveu um significativo avanço na área de tecnologia da informação, ao investir, de forma maciça e estratégica, em soluções voltadas ao processamento de dados e à conexão de internet.

No biênio, foram destinados recursos para aquisição de equipamentos e softwares que têm como função o armazenamento, o processamento e a transmissão de dados. Isso garantiu a execução do projeto de rede sem fio, a expansão do sinal de internet e a aquisição de racks, de servidores de arquivo e de switches (aparelho que conecta os computadores da rede), entre outras melhorias.

Também foi garantida a instalação de links duplos de internet nas sedes de 13 Promotorias de Justiça e em Palmas, reduzindo a possibilidade de interrupção na conexão.

A segurança da informação também fez parte do planejamento para a área, sendo investidos R\$ 761 mil na aquisição de firewalls, de licenças de segurança e de outras ferramentas.



Cerca de 50 sistemas foram desenvolvidos ou aperfeiçoados

■ Sistemas de informação são aperfeiçoados para facilitar a execução das atividades internas

Com o objetivo de facilitar e agilizar a execução das atividades ministeriais, o Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação (DMTI) coordenou o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de cerca de 40 sistemas de informação no decorrer do biênio 2021/2022.

Diversos destes softwares passaram por melhorias sucessivas, incorporando novas funcionalidades, conforme as necessidades apontadas pelos seus usuários.

Para desenvolver esse trabalho, considerado de alta complexidade técnica, o DMTI passou a contar com o suporte de empresa terceirizada, contratada pela gestão.

■ Sistema de Procedimentos Extrajudiciais é aprimorado

Um dos principais sistemas do MPTO, o Sistema de Procedimentos Extrajudiciais (e-Ext) passou por contínuas melhorias, voltadas a agilizar o desempenho das atividades ministeriais.

Uma das mudanças mais significativas possibilitou as movimentações em bloco, viabilizando a realização uma mesma movimentação, de forma simultânea, em um grupo de procedimentos selecionados.

■ Reformulação de sistema desburocratiza solicitação de diárias

Um dos sistemas aperfeiçoados em 2022 foi o de solicitação/requerimento de diárias, que simplificou, agilizou e desburocratizou o procedimento.

Com a mudança, as solicitações de viagens, antes realizadas pelas chefias, passaram a ser feitas diretamente pelos próprios integrantes que se deslocam. A interface do sistema também mudou, passou a concentrar em uma única tela todas as informações disponíveis para preenchimento.



A plataforma é uma das melhores ferramentas de prod

Nova plataforma virtual integra diversas ferramentas de trabalho

Primando pela modernização das ferramentas de trabalho do MPTO, a Procuradoria-Geral de Justiça contratou o serviço do Google Workspace, plataforma que agrega diversas ferramentas e serviços em uma única interface. Além de proporcionar acesso simultâneo a diferentes recursos, o sistema garante maior conectividade entre os integrantes do MPTO.

VANTAGENS

- E-mail com maior capacidade de armazenamento
- Armazenamento de arquivos em nuvem
- Acesso a documentos de forma remota
- Colaboração em nuvem, permitindo que pessoas trabalhem simultaneamente em um mesmo arquivo
- Salas de reuniões virtuais com possibilidade de participação de mais usuários
- Transcrição automática (em texto) das reuniões
- Serviço de agenda e calendário
- Google Chat - (ferramenta para envio de mensagens diretas e abertura de salas de bate-papo)
- Google Slides - (ferramenta para preparar apresentações on-line)
- Google Sheets - (ferramenta para criação e edição on-line de planilhas)
- Google Forms - (ferramenta para coleta de dados e gerenciamento de pesquisas)
- Google Sites - (ferramenta para criação de páginas de internet)
- Google Data Studio - (ferramenta para converter dados em painéis e relatórios)



Votações do Colégio de Procuradores estabelecem diretrizes para questões institucionais

Entre as atividades promovidas pelo Colégio de Procuradores de Justiça no biênio 2021-2022, destacam-se a realização de 39 sessões plenárias, a apreciação de 35 procedimentos, a publicação de 17 resoluções e a aprovação de 10 propostas legislativas, entre outras atividades.

Com trabalho desta natureza, o órgão da Administração Superior cumpre o seu papel de estabelecer diretrizes para as principais questões institucionais, nos termos da Lei Orgânica do MPTO, a exemplo de reestruturação de cargos do quadro auxiliar, criação e regulamentação da concessão da licença compensatória e instituição do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (Gaema).

ATIVIDADES

- 21** sessões ordinárias
- 11** sessões extraordinárias
- 07** sessões solenes
- 35** procedimentos apreciados
- 17** resoluções publicadas
- 10** propostas de alteração legislativa aprovadas

CONSELHO SUPERIOR



Conselho Superior julga mais de 1,5 mil feitos

Os integrantes do Conselho Superior do Ministério Público participaram de 25 sessões plenárias no biênio 2021/2022. Nestas ocasiões, julgaram 1.542 feitos, referentes à movimentação de procedimentos extrajudiciais (homologação de arquivamento, declínios de atribuição e recursos de indeferimento) por parte das Promotorias de Justiça.

Também é destaque nessa atuação plenária o julgamento de 206 editais de concurso de remoção/promoção, o que viabiliza a movimentação na carreira dos membros e o provimento de Promotorias de Justiça sem titular.

■ ATIVIDADES

- 25 atas
- 114 atos
- 25 circulares
- 183 editais de remoção/promoção expedidos
- 206 editais de remoção/promoção julgados
- Feitos físicos: 102 (entrada)
87 (atuados/distribuídos)
- Feitos eletrônicos: 1.729 (entrada)
1.716 (atuados/distribuídos)
- 1.542 feitos físicos e eletrônicos julgados
- 1.745 editais de intimação publicados
- 20 pautas ordinárias
- 05 pautas extraordinárias
- 20 sessões ordinárias
- 05 sessões extraordinárias
- 03 resoluções: 03
- 16.546 registro em ata de comunicações do trâmite de procedimentos extrajudiciais
- Procedimentos administrativos: 205 (atuados)
225 (julgados)
- 55.840 Movimentações no sistema e-Doc



Corregedoria-Geral realiza ciclo de correções em todos os órgãos do MPTO

No biênio 2021-2022, a Corregedoria-Geral realizou um ciclo completo de correções em todas as Promotorias de Justiça, Procuradorias de Justiça, em cinco centros de apoio operacional, no Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), no Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS), no Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (Gaesp) e no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional / Escola Superior do Ministério Público (Cesaf/ESMP).

A Corregedoria-Geral também contribuiu para a regularidade dos serviços ministeriais e das atividades dos membros ao movimentar sindicâncias e pedidos de providências e ao emitir atos normativos.

ATOS NORMATIVOS

- 02** Recomendações
- 02** Recomendações conjuntas
- 02** Atos
- 17** Atos conjuntos

CORREIÇÕES

- 41** Promotorias de Justiça
- 12** Procuradorias de Justiça
- 09** Órgãos auxiliares

OUVIDORIA



Ouvidoria recebe quase 8 mil manifestações

Durante o biênio, a Ouvidoria do MPTO recebeu 7.995 manifestações de cidadãos, a maior parte delas relatando possíveis casos de improbidade administrativa. As violações a direitos das áreas de saúde e educação aparecem na sequência de assuntos mais recorrentes nas manifestações.

O site do MPTO é o canal mais utilizado pelos cidadãos para as suas comunicações com a Ouvidoria, seguido do WhatsApp, disponibilizado em 2021.

No período de 2021 e 2022, a Ouvidoria foi destaque também por instalar a Ouvidoria da Mulher (para prestar atendimento especializado às mulheres vítimas de violência) e por executar os projetos Ouvidoria nas Escolas (com o intuito de apresentar a estudantes do Ensino Médio as funções institucionais do Ministério Público do Estado do Tocantins) e Ouvidorias Municipais (de estímulo à instalação de ouvidorias nas prefeituras e câmaras municipais).

■ ATIVIDADES

• 7.995 manifestações:

- 2.931 de improbidade administrativa
- 1.140 de saúde
- 532 de educação
- 242 de crimes
- 240 de meio ambiente
- 223 de concurso público
- 207 de eleitoral
- 155 de consumidor
- 133 de Lei de Acesso à Informação
- 131 de atuação de membros e servidores
- 129 de idoso

122 de Infância e juventude

- 68 de execução penal
- 62 de administração e funcionamento do MPTO
- 55 de Controle externo da atividade policial

* Os dados referentes a 2022 são parciais, de janeiro a novembro

• Manifestações – canais de comunicação:

- 5.850 no site
- 1.036 no WhatsApp
- 922 no e-mail
- 358 no telefone
- 56 no presencial

ESCOLA SUPERIOR

■ Escola Superior do MPTO é credenciada junto ao Conselho Estadual de Educação

No biênio, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do Ministério Público (Cesaf/ESMP) viveu um grande salto. Com a aprovação do seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2025, o Cesaf/ESMP garantiu o credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE), habilitando-se para a oferta e certificação de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O credenciamento foi obtido graças a um grande esforço, que envolveu a realização de adequações físicas na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, a instalação de sala de aula, a criação de uma biblioteca virtual e a produção de vasta documentação de teor pedagógico.

■ Qualificação de integrantes alcança novo patamar com a oferta do primeiro curso de pós-graduação

Em uma de suas conquistas mais significativas, o Cesaf/ESMP foi além da habitual realização de cursos de aperfeiçoamento e capacitação e finalmente iniciou, em novembro de 2021, as atividades da primeira pós-graduação promovida diretamente pelo MPTO. A especialização em “Gestão e Governança no Ministério Público” dissemina conhecimento atualizado e crítico em gestão, governança, planejamento estratégico e políticas públicas, viabilizando a formulação de novos paradigmas para um Ministério Público resolutivo. Foram oferecidas 45 vagas, destinadas a membros e servidores do MPTO, a integrantes de instituições parceiras e à comunidade.





O servidor João Ricardo Araújo cursa mestrado na UFT

Parcerias possibilitam oferta de mestrado, pós-graduação e o compartilhamento de cursos com unidades do MP brasileiro

O MPTO viabilizou junto à Universidade Federal do Tocantins (UFT), em 2022, a abertura de um curso de mestrado em Gestão de Políticas Públicas, com cinco vagas destinadas a membros e servidores da instituição. O objetivo foi oportunizar a integrantes a realização de estudos avançados que reflitam no aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo MPTO na defesa do patrimônio público e na fiscalização dos serviços públicos prestados ao cidadão.

PÓS-GRADUAÇÃO EM PARCERIA COM A ESMAT E A UFT - A parceria do MPTO com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) e com a UFT viabilizou o ingresso de sete membros e servidores na Turma Nove (2021/2022) do programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos.

OUTROS CURSOS - Um conjunto de importantes parcerias firmadas com centros de estudos, escolas superiores, escolas de governo e instituições de ensino assegurou o compartilhamento de cursos produzidos por estas instituições, dinamizando a qualificação institucional.



Novos equipamentos para produção de teleaulas

O Cesaf/ESMP alcançou quatro sistemas operacionais sob sua gestão, voltados a melhorar a experiência dos cursistas durante as atividades educativas e a automatizar as solicitações dos discentes. Os quatro sistemas são: Sistema de Gestão Acadêmica e Gestão de Biblioteca; Plataforma Moodle, Cisco-Webex e Canal do Cesaf-ESMP no Youtube; Sistema OJS de editoração de periódicos; e Sistema de Repositório Institucional.

PUBLICAÇÕES PRÓPRIAS

Além de continuar a editar sua tradicional Revista Jurídica, o Cesaf/ESMP ampliou seu portfólio de publicações, com novos guias e cartilhas. No biênio, foram publicadas as edições nº 19 e 20 da Revista Jurídica.

BIBLIOTECA

Além da biblioteca física com acervo de 3.200 exemplares, o Cesaf/ESMP disponibilizou ao seu público o acesso a três bibliotecas virtuais: Plataforma Fórum, Proview (Revista dos Tribunais) e Minha Biblioteca, que somam milhares de títulos jurídicos e também de outras áreas.

Em dois anos o **CESAF/ESMP** emitiu **5.691 certificados e declarações** para alunos participantes.



O renomado jornalista Vinícius Dônola foi responsável pelo treinamento

Media training itinerante

Pela primeira vez, o projeto “Capacitando Porta-Vozes” foi realizado em caráter itinerante, percorrendo em 2022 as cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi para possibilitar a participação de promotores de Justiça de todo o Estado. Desenvolvido pela Procuradoria-Geral de Justiça, o projeto tem como objetivo qualificar os membros para um relacionamento mais assertivo e eficaz com a imprensa, contribuindo para a consolidação de uma imagem institucional positiva.



Os promotores passaram por treinamento prático



A capacitação acontece a cada dois anos



O trabalho do órgão é executado por uma equipe que inclui profissionais de diversas áreas

Suporte técnico viabiliza ampla atuação na defesa do meio ambiente

Para enfrentar os ilícitos da área ambiental, os promotores de Justiça contam com um suporte técnico amplo e qualificado, prestado pelo Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma).

Durante o biênio, o Caoma ampliou sua base de dados técnicos, ao firmar cooperações para o acesso a sistemas do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Ministério da Justiça.

■ ATIVIDADES

- 4.734 peças técnicas produzidas (pareceres, relatórios, orientações, notas e outros)
- Relatórios de monitoramentos de queimadas dos 139 municípios
- 1.632 peças individualizadas, referentes a imóveis rurais que apresentaram focos de incêndios
- 360 identificações de casos de fraudes em compensação de reserva legal, em propriedades rurais
- 439 identificações de desmatamentos ilegais superiores a 20 hectares
- Execução do projeto “Chega de Lixão”
- Realização de seminário nacional “O Ministério Público, a gestão de resíduos sólidos e logística reversa, e o saneamento básico”, promovido em parceria com a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público (Abrampa).

CAOPIJE



O órgão também orienta gestores sobre o desenvolvimento de política educacional

Defesa da educação durante a pandemia se destaca entre as ações do centro de apoio

O Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação (Caopije) registrou um intenso trabalho de assessoramento técnico às Promotorias de Justiça. Um dos destaques foi a atuação em defesa da educação, em um cenário que envolveu a pandemia e a suspensão prolongada das aulas presenciais.

Na educação, o Caopije promoveu vistorias, monitoramentos e diagnósticos; ajudou a constituir a RedeColaboração Tocantins; auxiliou as secretarias de Educação do Estado e dos municípios no planejamento, na gestão e no controle da política educacional; além de ter contribuído para a definição de diretrizes de atuação das Promotorias de Justiça de todo o Estado – entre outras ações. Um total de 129 sistemas de educação e unidades escolares passou por vistoria individualizada.

A defesa dos direitos da criança e do adolescente e do direito à educação envolveu uma equipe especializada, que inclui profissionais administrativos, bem como das áreas de pedagogia, assistência social, psicologia, ciências jurídicas.

■ ATIVIDADES

- 08 notas técnicas
- 07 portarias
- 97 pareceres
- 61 relatórios
(encaminhados às promotorias de Justiça)
- 129 vistorias em redes e sistemas municipais e estadual de educação/unidades escolares
- 14 inspeções na rede de acolhimento
(entidades públicas e da sociedade civil organizada)
- 16 inspeções no sistema socioeducativo
- 38 inspeções em instituições da rede
- 30 visitas domiciliares para produção de relatórios situacional/psicossocial
- 04 promoções de eventos/Seminário
- Monitoramento da situação educacional nos sistemas e redes de ensino/educação
110 municípios / 200 escolas
(que responderam)
- 02 recomendações conjuntas
- 02 estudos e pesquisa
- 05 publicações de material de apoio e orientações
- 60 participações em eventos
- 85 reuniões
- 05 audiências públicas
- 04 termos de colaboração
- 04 kits operacionais
- 23 atas



Foram realizadas 47 inspeções técnicas para o controle do plano de imunização

Após desenvolver um papel central no enfrentamento da pandemia, CaoSaúde diversifica atuação

Criado em abril de 2022, em meio à pandemia de Covid-19, o Centro de Apoio Operacional da Saúde (CaoSaúde) desenvolveu um trabalho essencial no combate à doença, acompanhando as estatísticas relativas à incidência, óbitos, internações e à vacinação, bem como articulando ações conjuntas e produzindo informações e peças de fomento às atividades das promotorias da Saúde. Realizou, inclusive, 47 inspeções técnicas em unidades de saúde de diversos municípios, para o controle do plano de imunização.

Atualmente, possui 12 procedimentos administrativos em curso, para o acompanhamento das políticas públicas e projetos de saúde em diferentes áreas, a exemplo da qualidade da Atenção Básica, da qualidade dos serviços hospitalares, da elaboração do Código Sanitário Estadual, das melhorias necessárias ao sistema de regulação e da execução do Programa Nacional de Imunização.

Entre outras ações, o CaoSaúde também tem articulado acordos de cooperação e acompanhado as reuniões e deliberações de órgãos colegiados.

ATIVIDADES

- 128 apoios técnicos via telefone ou WhatsApp
- 44 apoios técnicos por meio de pareceres
- 55 relatórios de inspeção
- 55 inspeções
- 04 notas técnicas
- 80 kits de atuação e material de apoio
- 02 levantamentos de dados sobre judicialização
- 167 reuniões e eventos
- 11 Ações do projeto Parceiros pela Vida
- 05 projetos em andamento
- 12 procedimentos administrativos
- 455 relatórios de acompanhamento da vacinação no Estado
- 362 relatórios de acompanhamento epidemiológico no Estado
- 48 encaminhamentos de relatórios de inspeção em unidades da Atenção Básica
- 122 encaminhamentos de relatórios de inspeção nas unidades hospitalares e UPAs

CAOCCID



A defesa dos direitos do consumidor é uma das frentes de atuação do órgão

Ações envolvem intensa articulação com órgãos do MPTO, entidades parceiras e sociedade

O trabalho do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher, (Caoccid) envolve desde o apoio técnico aos órgãos do MPTO até a intensa mobilização social, por meio de cursos, reuniões e outros eventos.

Na atuação em rede, destaque para a articulação junto a órgãos do Estado para implementar ações e estabelecer um fluxo de trabalho relacionado à localização de pessoas desaparecidas e para a realização das operações Pró-Consumidor em oito cidades, onde foram vistoriados estabelecimentos comerciais, com o fim de garantir o cumprimento das normas de proteção sanitária e consumeristas.

Em 2022, foi retomada a execução do projeto “Desconstruindo o Mito de Amélia” junto a oito grupos de homens que cumprem pena por violência doméstica, visando levá-los à reflexão e à mudança de valores pessoais.

■ ATIVIDADES

- 70 atividades de consulta e assessoramento
- 47 reuniões e dezenas de cursos e eventos
- 05 vistorias em Instituições de Longa Permanência de Idosos e visita domiciliar a idosos
- 07 vistorias em laticínios e abatedouros



Suporte técnico qualifica o combate à corrupção

Ao promover pesquisas, realizar vistorias e atuar junto às Promotorias de Justiça compartilhando conhecimento, emitindo laudos e relatórios técnicos das áreas contábil, de engenharia e jurídica, o Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público (Caopp) qualifica e dinamiza a atuação do MPTO no combate à corrupção.

Exemplo desse trabalho é a avaliação realizada pelo Caopp em 68 imóveis, ação que viabilizou a assinatura de um acordo em 2022 com um grupo de empresas e resultou no ressarcimento de mais de R\$ 13 milhões aos cofres do Instituto de Gestão Previdenciária do Tocantins (Igeprev).

Na área de pesquisa e compartilhamento de informações, pode-se mencionar a criação de um banco coletivo de peças, modelos e material de apoio (manuais, notas técnicas e outros) oriundo do próprio MPTO e de várias outras unidades do Ministério Público. Esse material está disponível aos membros, servidores e estagiários, para consulta e para construção colaborativa.

CAOCRIM



MPTO passa a contar com centro de apoio de combate ao crime

Em abril de 2022, o MPTO criou um centro de apoio operacional com atribuição específica na área de combate ao crime. Com esta iniciativa, a instituição buscou oferecer um melhor suporte técnico aos promotores de Justiça, fomentando e qualificando a atuação nesta área.

O Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim) vem trabalhando para cumprir este objetivo, principalmente por meio da produção e do compartilhamento de informações técnico-jurídicas, o que inclui informativos, relatórios e notas técnicas. Também têm sido intensos os atendimentos diretos às promotorias: 6.209 somente por correio eletrônico.

Produção técnico-jurídica

- 08** Informativos
- 04** Relatórios técnicos
- 03** Notas técnicas
- 01** Trabalho científico

Atendimentos

- 01** Pedidos de colaboração
- 02** Cursos
- 02** Reuniões
- 6.209** Atendimentos via e-mail
- 18** Atendimentos telefônicos



Combate ao crime organizado envolve atuação nas esferas investigativa e judicial

O balanço das ações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) em 2021/2022 retrata um trabalho especializado de investigação, de desarticulação de organizações criminosas e de atuação na esfera judicial, que vai muito além das operações de prisão e de busca e apreensão frequentemente destacadas na imprensa.

Ao longo do biênio, o Gaeco deflagrou oito operações, além de ter cooperado com ações do Ministério Público do Estado de Goiás e do Distrito Federal.

Também no período, 23 novos procedimentos investigatórios foram instaurados pelo grupo de atuação especial e 42 que já estavam em andamento foram impulsionados.

Como resultado das investigações, tem-se a proposição de nove denúncias criminais.

ATIVIDADES

- 08 Operações deflagradas
- Procedimentos Investigatórios Criminais (PIC):
 - 23 Instaurados
 - 42 Em andamento
- 12 Notícias de Fato instauradas
- 63 Oitivas
- 42 Audiências
- 106 Reuniões
- 09 Denúncias
- 13 Recursos
- 12 Contrarrazões de recurso
- 10 Cartas de Cooperação expedidas
- 24 Cartas de Cooperação recebidas / cumpridas
- 07 Cautelar pedido de prisão temporária / preventiva
- 07 Cautelar de busca e apreensão
- 07 Cautelar de afastamento de sigilo bancário, fiscal e financeiro
- 12 Cautelar de afastamento de sigilo telefônico e de dados

GAESP

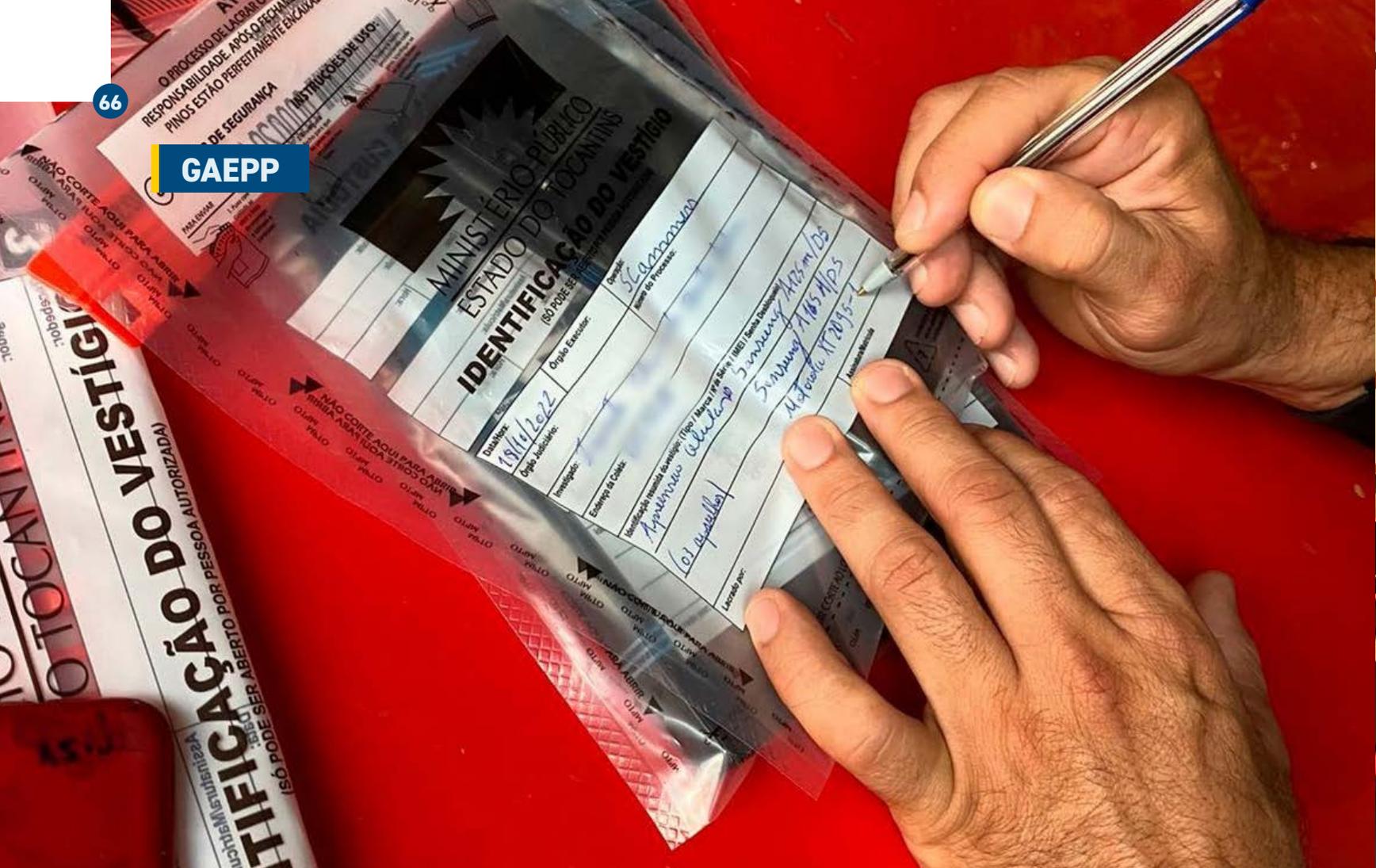


Novo grupo de atuação especializada exerce o controle da atividade policial e zela pela eficácia das ações de segurança

Em setembro de 2021, foi criado o Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (Gaesp), absorvendo a atribuição de promover o controle externo da atividade policial. O grupo vem acompanhando, por exemplo, as diretrizes e prioridades das pastas estaduais da área, a execução das políticas públicas, a necessidade da instalação de conselhos de segurança nos 139 municípios e as medidas adotadas pelo Estado para redução dos índices de letalidade policial.

Procedimentos extrajudiciais em trâmite

- 03** Inquéritos Cíveis Públicos
- 16** Notícias de Fato
- 15** Procedimentos Administrativos
- 01** Procedimento Investigatório Criminal



Estrutura de combate à corrupção é reforçada com reconstituição de grupo especial

Reforçando sua estrutura de combate à corrupção, o MPTO reestruturou em 2022 o Grupo de Atuação Especial de Defesa de Patrimônio Público e Moralidade Administrativa (Gaepp), recompondo o quadro de pessoal e disponibilizando espaço físico, equipamentos e materiais para as atividades deste grupo.

Contando com estrutura adequada, o Gaepp restabeleceu suas ações, entrando em contato com os promotores de Justiça, constituindo vínculos e também levantando o passivo de investigações suscetíveis à colaboração interna. O objetivo foi destravar burocracias e dar efetividade a um conjunto de atividades. Em decorrência, foram analisados e impulsionados procedimentos apresentados pela 9ª Promotoria de Justiça da Capital e pelas Promotorias de Justiça de Pium, Tocantinópolis e Dianópolis.

O Gaepp também tem promovido o diálogo com outras instituições, a exemplo do Grupo de Execução Anticorrupção (Geac) do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, obtendo-se informações acerca de sua estrutura, capilaridade no Estado, previsão legal, coordenações regionais e resultados alcançados.

GT ELEITORAL



Promotores com atuação eleitoral participaram de curso

Grupo de trabalho tem atuação de destaque nas eleições 2022

O Grupo de Trabalho de Apoio ao Exercício da Função Eleitoral (GT Eleitoral) teve um desempenho de destaque nas eleições 2022, graças ao planejamento e à preparação ocorrida no ano anterior, quando foram estabelecidas metas e parcerias que estruturaram e prepararam o grupo para este momento.

COMUNICAÇÕES/ATENDIMENTOS

Por meio da rede WhatsApp e do sistema interno e-Doc, o GT Eleitoral estabeleceu um fluxo de integração e troca de experiências entre os membros do MPTO. Também disponibilizou material bibliográfico, informativos e modelos de peças para atuação no processo eleitoral.

GUIA ELEITOR-FISCAL

Em agosto de 2022, foi lançada a publicação “Eleitor-fiscal – um guia sobre como identificar e denunciar fraudes e crimes eleitorais”, que preparou o eleitor para o pleno exercício da cidadania, mediante o incentivo à fiscalização das eleições. Uma série de entrevistas para TVs, rádios e sites de notícias, concedidas pelos membros do GT Eleitoral, complementou esta interação com os cidadãos.

CAPACITAÇÃO

Em parceria com o Cesaf/ESMP, o GT Eleitoral promoveu, em agosto e setembro de 2022, o “Curso de Prática Eleitoral do Ministério Público para as eleições de 2022”, que contou com três conferencistas de nível nacional e totalizou 18 horas-aula.



Uma consultoria especializada orientou sobre práticas de segurança institucional

Núcleo de Inteligência desenvolve projeto para aumentar segurança das promotorias

No desenvolvimento de suas atividades, o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS) teve como destaque a execução do projeto Raio-X em 32 sedes de promotorias, promovendo o diagnóstico de segurança das instalações das respectivas Promotorias de Justiça.

Além de identificar possíveis vulnerabilidades, o projeto subsidiará a elaboração do Plano de Segurança Orgânica e respaldará a produção de informações necessárias ao planejamento e à execução de políticas de segurança institucional no âmbito do MPTO.

Outras ações de destaque da atuação do NIS foram:

■ ATIVIDADES

Coordenação

- 514 Atendimentos a solicitações de apoio técnico
- 336 Processos administrativos instaurados
- 235 Processos administrativos arquivados
- 426 Despachos
- 235 Despachos de arquivamento
- 17 Notas técnicas
- 05 Notas orientativas
- 08 Promoção de palestras
- 15 Sugestões de acordos de cooperação técnica
- 07 Minutas de atos normativos
- 05 Projetos pedagógicos
- 35 Reuniões
- 06 Projetos

Diretoria de Inteligência

- 11 Processos (operações)
- 11 Despachos de instauração
- 22 Relatórios CNMP
- 88 Outros relatórios

Departamento de Análise de Dados

- 24 Solicitações de cooperação técnica
- 90 Relatórios de análise
- 803 Relatórios de pesquisas
- 42.588 Pesquisas no sistema Hórus
- 13 Relatórios técnicos

Dep. de Operações e Segurança Institucional

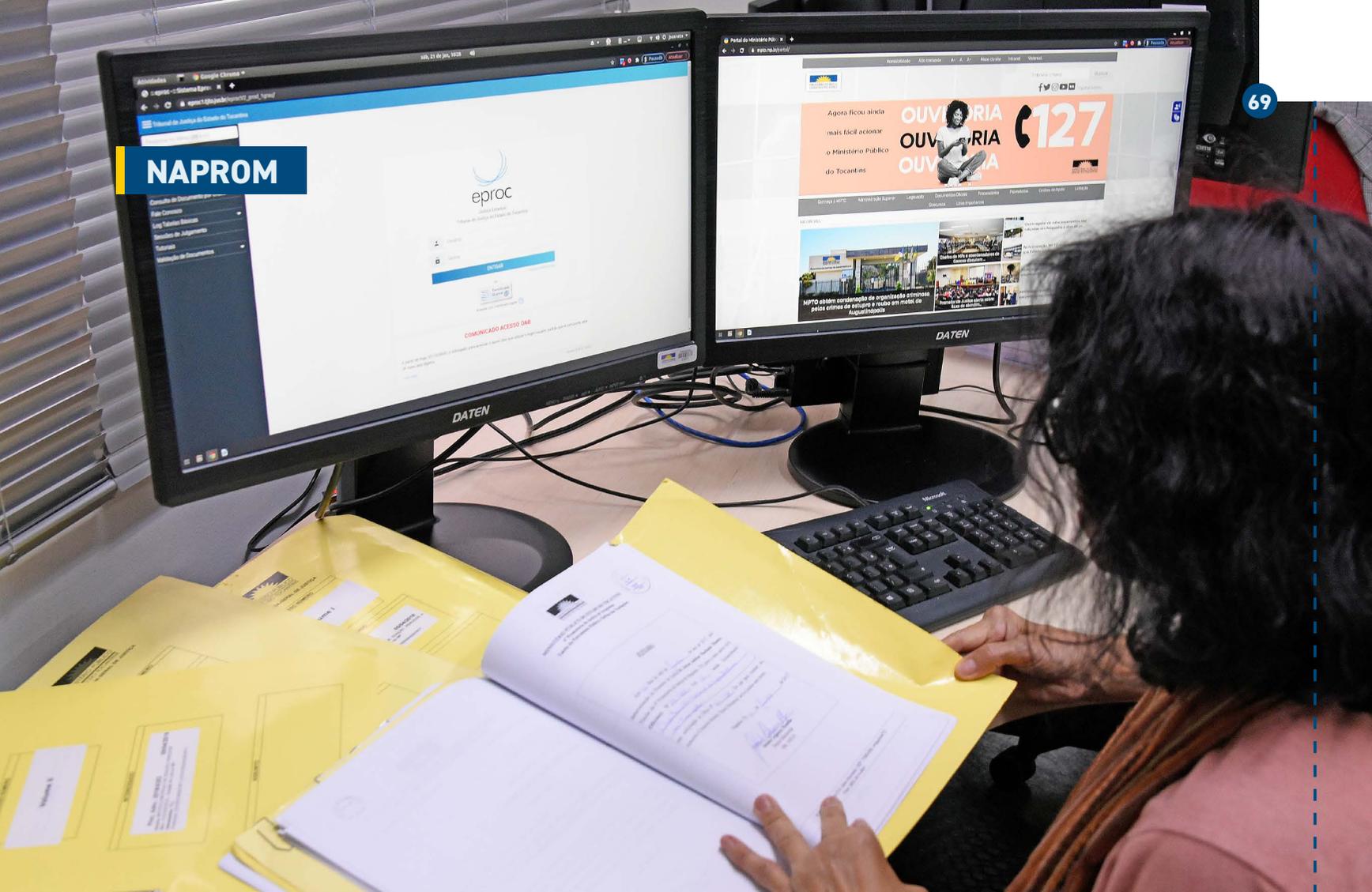
- 07 Ordens de missão
- 12 Relatórios diversos
- 02 Pareceres técnicos
- 03 Acompanhamentos a integrantes

Capacitação de Equipe Técnica

- 11 Cursos, capacitações, workshops, etc

Procedimentos de Contramedida de Vigilância Técnica

- 06 Quantidade



NAPROM

Núcleo atende promotorias e impulsiona 3.444 processos e procedimentos

Durante o biênio 2021/2022, o Núcleo de Apoio Remoto às Promotorias de Justiça (NAProm) prestou suporte a 31 promotorias que se encontravam com demanda reprimida de processos judiciais e procedimentos extrajudiciais.

Com isto, o núcleo ajudou a colocar em dia o acervo destas unidades e contribuiu para a manutenção de um padrão uniforme de celeridade e eficiência nas atividades ministeriais.

Esta assistência do NAProm resultou no impulsionamento de 3.444 peças, sendo 2.512 processos judiciais, 707 procedimentos extrajudiciais e 225 peças do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU).

O NAProm é coordenado pela chefia de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça.

ATIVIDADES

- 31 Promotorias de Justiça atendidas
- 3.444 peças impulsionadas:
 - 2.512 processos judiciais
 - 707 procedimentos extrajudiciais
 - 225 peças do SEEU



O objetivo do núcleo é estimular e difundir a cultura de paz

Autocomposição é foco da atuação de núcleo permanente do MPTO

Criado com o objetivo de disseminar a política de resolução consensual nos diversos conflitos situados na esfera de atribuição do MPTO, o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (Nupia) teve como destaques em sua atuação:

ATIVIDADES AUTOCOMPOSITIVAS

Em junho de 2022, o núcleo promoveu análise e diligências de 75 inquéritos policiais referentes a fatos delitivos cujos investigados preenchem os requisitos para a celebração de Acordos de Não Persecução Penal (ANPPs). O Nupia também atuou em conjunto com a 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso, conseguindo formalizar um acordo que pôs fim à greve de professores do município de Santa Maria e que encerrou duas demandas judiciais em curso.

CAPACITAÇÕES

Atuando em colaboração com o Cesaf/ESMP, o Nupia realizou a capacitação “Acordos de Não Persecução Penal e Cível: Assimilar e Empreender a Justiça Restaurativa no Âmbito Ministerial”. O núcleo também está programando um módulo sobre autocomposição para o curso que será oferecido aos novos promotores de Justiça substitutos.

ESTRUTURAÇÃO

Como parte de sua estruturação, o Nupia ganhou uma página na intranet (portal Conecta MPTO), bem como teve disponibilizados três estagiários de pós-graduação, para auxiliarem no desenvolvimento das suas atividades.



VALORIZAÇÃO DOS INTEGRANTES

Para fortalecer as atividades do Ministério Público, a Procuradoria-Geral de Justiça entende que tão essencial quanto investir em modernização e estruturação física é valorizar os integrantes da instituição. Por isso, foram desenvolvidas diversas ações voltadas à promoção da saúde e à motivação dos seus membros e servidores.



A última edição teve como foco a integralidade nos cuidados com a saúde

Semana da Saúde ganha caráter itinerante e beneficia interior

Doze anos após ter sido criada, a Semana da Saúde ganhou caráter itinerante. O intuito da Administração Superior foi levar para o interior do Estado ações que têm como objetivo reduzir os índices de doenças ocupacionais e melhorar a qualidade de vida dos membros, servidores e estagiários do MPTO. Antes desses deslocamentos, as atividades se restringiam à capital.

A programação do evento contou com palestras, atendimentos e vacinação contra influenza. Um dos destaques foi a análise ergonômica do ambiente de trabalho e da postura corporal dos integrantes do Ministério Público, promovida por profissionais de fisioterapia.

35 sedes visitadas e quase **800** integrantes atendidos



■ Membros e servidores são vacinados contra gripe

Com a itinerância da Semana da Saúde, membros e servidores de todo o Estado tiveram, pela primeira vez, a oportunidade de se vacinar contra influenza, tendo acesso a imunizante de alta eficácia, disponibilizado pela Procuradoria-Geral de Justiça.

A vacina aplicada foi a influenza tetravalente, que é voltada à proteção contra duas cepas do vírus A e duas cepas do vírus B.

Mais de **600 integrantes** foram **vacinados**



Projeto Vivências Corporais

■ Atendimentos em saúde chegam a 7 mil e garantem atenção preventiva e curativa a integrantes

Por meio da Área de Promoção e Assistência à Saúde, o Ministério Público disponibiliza atendimentos contínuos aos seus integrantes, nas áreas de medicina, enfermagem, fisioterapia, odontologia e psicologia.

Com isso, a instituição garante uma atenção tanto preventiva quanto curativa, visando a manutenção do bem-estar de membros, servidores e estagiários.

Além disso, o setor desenvolve diversas outras atividades, como atendimento de servidores em licença-saúde, aulas de ioga, o projeto Vivências Corporais e a prestação de orientações ergonômicas.

■ ATENDIMENTOS POR ÁREA

- 2.755 de enfermagem
- 1.796 de fisioterapia
- 493 de Medicina (Clínica Geral)
- 39 de Medicina (Infectologia) (2021)
- 759 de Odontologia
- 1.258 de Psicologia



Saúde dos integrantes recebe cuidados especiais na pandemia

Várias medidas foram adotadas para o enfrentamento da Covid-19 no âmbito institucional, tendo como propósito preservar a saúde dos integrantes do MPTO. Entre elas, o monitoramento da saúde de membros e servidores com sintomas gripais – que foram assistidos por um médico clínico e, em caso de diagnóstico positivo para Covid-19, por um médico infectologista.

As informações geradas a partir desse monitoramento epidemiológico também foram utilizadas para subsidiar o Gabinete de Gerenciamento de Crise, no que se refere às decisões pelo trabalho em sistema presencial, telepresencial ou híbrido.

PRINCIPAIS MEDIDAS

- Contratação de médico infectologista
- Implementação do serviço de telemedicina
- Disponibilização de testes para o diagnóstico de integrantes com sintomas gripais
- Realização de mutirão de testagem rápida
- Monitoramento e acompanhamento dos casos de Covid-19 entre integrantes
- Oferta de assistência psicológica on-line
- Sanitização das dependências do MPTO.



O Pass consiste no ressarcimento de parte das despesas com plano de saúde

Programa de Assistência à Saúde Suplementar reforça valorização dos integrantes

Atendendo a um anseio dos membros e servidores, a Procuradoria-Geral de Justiça instituiu, em agosto de 2021, o Programa de Assistência à Saúde Suplementar (Pass), que consiste no ressarcimento mensal de parte das despesas dos integrantes com planos ou seguros de saúde.

O programa alcança tanto os membros e servidores (ativos e inativos) quanto os pensionistas. Ao instituir a assistência, a gestão reforçou a política interna de promoção à saúde, atendeu à demanda apresentada pelas associações dos membros e dos servidores e estabeleceu simetria com outras carreiras do serviço público.

A gestão planeja aperfeiçoar o programa em 2023.

Quantidade de adesões ao Pass

Total de **676 adesões**, sendo **588 integrantes ativos**, **76 inativos** e **12 pensionistas**

Usufruto anual de férias volta a ser opcional para membros

Foi assinado, em fevereiro de 2021, o ato que revogou a obrigatoriedade do usufruto mínimo anual de 30 dias de férias por parte dos membros.

A medida foi adotada em razão do déficit no quadro de promotores de Justiça e atendeu ao interesse público, voltando-se a garantir a preservação do pleno funcionamento dos serviços ministeriais.



A licença-prêmio estava extinta há 24 anos

■ Lei reinstatui licença-prêmio, extinta há 24 anos

Por meio de lei estadual sancionada em dezembro de 2022, foi reinstituída a licença-prêmio para os membros do MPTO. O benefício se constitui na concessão de três meses de licença a cada cinco anos ininterruptos de trabalho, tendo como critério o cumprimento de requisitos referentes à assiduidade, dedicação e disciplina.

A proposta legislativa, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, é o reconhecimento de um direito extinto há 24 anos, deixando, à época, a instituição em desvantagem em relação aos demais ramos e unidades do Ministério Público brasileiro.

A medida restabeleceu **isonomia** com outras unidades do MP

■ Coordenação e Promotorias de Justiça é regulamentada por lei

Foi regulamentada por lei, em dezembro de 2021, a função de coordenador de Promotoria de Justiça, como forma de reconhecer e valorizar os membros que prestam este serviço adicional ao MPTO.

A medida instituiu tratamento igualitário entre os coordenadores de promotoria e os membros que executam outras funções de natureza administrativa e recebem gratificação pelo trabalho.





Foram fixados três níveis de beneficiários

■ Diárias são reajustadas

Em junho de 2022, a Procuradoria-Geral de Justiça promoveu reajuste de até 35% no valor das diárias pagas a membros e servidores para o custeio da hospedagem e alimentação nos deslocamentos a trabalho.

A medida repôs as perdas inflacionárias ocorridas nos últimos anos, oferecendo aos integrantes do MPTO condições adequadas para o exercício das suas atividades. Além do reajuste, a gestão excluiu o nível IV de beneficiários, que continha os menores valores de diárias. Desse modo, restaram fixados apenas três níveis, sendo eles: 1) membros; 2) servidores ADM I (cargos de chefia e assessoramento direto); e 3) servidores ADM II (demais servidores), possibilitando um incremento no valor pago áqueles que recebiam um valor menor

Correção de até **35%** repôs perdas inflacionárias dos últimos anos

■ Trabalho extraordinário pode ser convertido em folgas ou pecúnia

Por meio de lei estadual aprovada em 2021, foi instituída a licença compensatória, que permite conceder folgas a membros para compensar o trabalho extraordinário referente à cumulação de cargos e funções. Cada 30 dias de serviços cumulados podem ser convertidos em 10 dias de folga.

Visando fazer jus aos procuradores e promotores que prestam esses serviços adicionais, porém preservando a capacidade de trabalho do MPTO, a medida também permite que os dias extraordinários trabalhados sejam transformados em pecúnia – limitada a 1/3 do salário do membro. Nesse caso, cabe à Procuradoria-Geral de Justiça avaliar a viabilidade da conversão, inclusive no que tange à disponibilidade financeira.

■ Período de trânsito entre sedes de promotorias é ampliado

Com o objetivo de resguardar a paridade entre as carreiras do Ministério Público e da magistratura, bem como propiciar aos membros condições adequadas para o exercício de suas funções, foi ampliado para 10 dias o período de trânsito entre sedes de promotorias, decorrente das promoções e remoções dos promotores de Justiça. O prazo passa a ser contado a partir da data do exercício no novo órgão de execução.



■ Hipóteses do teletrabalho são estendidas

Antes restrita aos servidores que desempenhavam atividades na área finalística, a possibilidade do teletrabalho foi ampliada em 2022 para os servidores que executam atividade-meio. A medida teve foco na valorização e na motivação dos servidores, além de reduzir custos operacionais e contribuir com a melhoria de indicadores socioambientais.

A concessão do teletrabalho é analisada caso a caso, precisando contar com anuência da chefia imediata, aprovação da Procuradoria-Geral de Justiça e obedecer a uma série de requisitos estabelecidos em ato interno.



Servidores da atividade-fim e atividade-meio foram contemplados

■ Indenização de férias do quadro auxiliar reduz passivo do MPTO

Em 2022, a Procuradoria-Geral de Justiça, por meio de diálogo com os deputados estaduais, deu andamento a projetos de lei que se encontravam na Assembleia Legislativa desde 2019, tendo como teor a autorização da indenização de férias não usufruídas pelos servidores efetivos e comissionados do MPTO.

Aprovadas em março, as leis viabilizaram os pagamentos, reconhecendo a importância desse direito e beneficiando os servidores, o que ajudou o Ministério Público a reduzir o passivo acumulado.



As data-base concedidas são referentes a três exercícios

Gestão aprova data-base de três exercícios financeiros

Em um processo que envolveu a promoção de estudos de viabilidade financeira, o diálogo com os servidores, a aprovação do Colégio de Procuradores de Justiça e da Assembleia Legislativa e, por fim, a sanção do governador do Estado, a Administração Superior do MPTO conseguiu pôr em dia a revisão anual dos salários dos servidores.

Nos dois anos da gestão, foram aprovadas data-base referentes a três exercícios (2020, 2021 e 2022). Os reajustes concedidos pela gestão destinaram-se a repor integralmente as perdas inflacionárias, porém mantendo rigorosamente equilibrados os gastos do MPTO com pessoal.

Remoções internas beneficiam servidores

Paralisadas desde 2019, as remoções internas de servidores foram retomadas pela administração do MPTO em 2022. Com isso, integrantes do quadro auxiliar com interesse em se transferir de sede puderam participar de concursos de remoção, que prezam pela objetividade e impessoalidade.

Ao retomar as remoções, a Procuradoria-Geral de Justiça atendeu demanda apresentada em diálogos com o sindicato e a associação dos servidores.

Atividades têm foco na motivação dos integrantes

Como parte das ações que visam promover um clima de trabalho positivo e manter os integrantes motivados a fazerem o seu melhor, a Procuradoria-Geral de Justiça realiza uma série de atividades internas, com destaque para as comemorações de datas especiais, como o Dia do Servidor, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia da Mulher e também o Dia das Crianças, quando os filhos dos membros e servidores tiveram a oportunidade de visitar o local de trabalho dos pais.



Filhos de integrantes participaram de atividade em comemoração ao Dia da Criança



O projeto é alinhado às diretrizes do Planejamento Estratégico



O objetivo é formar lideranças

“Eu Faço Parte”: projeto estimula o desenvolvimento de habilidades e competências

Começou a ser executado em 2022 o projeto “Eu Faço Parte”, direcionado às lideranças que compõem o quadro do MPTO e que comandam os diferentes departamentos administrativos da instituição. Seu objetivo é estimular o desenvolvimento de habilidades e competências, bem como fortalecer sentimentos vinculados à boa governança, como os de integração, colaboração e superação.

Na primeira etapa, 40 integrantes participaram das dinâmicas, elaboradas por uma empresa de consultoria conveniada à Fundação Getúlio Vargas (FGV). Novas fases do projeto estão previstas para 2023. O objetivo da administração é capacitar integrantes em todo o Estado.

**Boa Governança, Integração,
Colaboração e Superação**



RESPONSABILIDADE SOCIAL

Ciente da sua responsabilidade social e da sua capacidade de mobilização, o Ministério Público do Estado do Tocantins tem somado forças com outras instituições do Estado e promovido ações e campanhas solidárias que repercutem em todas as regiões do Tocantins. Além disso, o MPTO realizou doações que auxiliam nas atividades de diversos órgãos e entidades públicas.

CAPÍTULO

03



Os kits foram adquiridos por meio de recursos arrecadados entre os integrantes

Parceria solidária entrega 1.518 cestas básicas a famílias de todo o estado

Diante da permanência da pandemia de Covid-19, o MPTO e um conjunto de instituições públicas promoveram em 2021 a segunda edição da campanha Parceria Solidária, mobilizando seus integrantes e adquirindo cestas básicas para amenizar a fome das famílias que tiveram sua situação social agravada em consequência da crise sanitária.

A iniciativa arrecadou R\$ 164.363,45, que foram revertidos na compra de 1.518 cestas básicas, distribuídas em todo o estado.

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Defensoria Pública. As associações e sindicatos dos membros e servidores destas instituições também participaram.



Foram realizados 563 atendimentos

■ Campanha mobiliza 303 doações de sangue

Desde 2020, o Ministério Público do Estado do Tocantins promove ações periódicas de coleta de sangue e de cadastramento de doadores de medula óssea.

Na execução da campanha, diversos órgãos e instituições parceiras mobilizam seus integrantes para a doação, contribuindo para abastecer o estoque do Hemocentro e para a formação de um quadro de doadores regulares de sangue.

A campanha é coordenada pelo Centro de Apoio Operacional da Saúde (CaoSaude), órgão auxiliar do MPTO.

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT), Justiça Federal, Tribunal de Contas do Estado (TCE), Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Receita Federal, Sebrae, OAB Tocantins e Correios.

12 edições da campanha entre 2020 e 2022

303 ebolsas de sangue captadas

48 doadores de medula óssea cadastrados



As tampinhas são revertidas em recursos financeiros

Doações ajudam a manter o Hospital do Amor

Nos últimos anos, tornou-se hábito entre os membros e servidores do MPTO juntar tampinhas plásticas para doar ao Hospital do Amor, integrando-se a uma corrente do bem que conta com adesão de diversas entidades públicas.

Com alto valor no mercado de recicláveis, as tampinhas têm se revertido em recursos financeiros que ajudam a custear as despesas da unidade hospitalar, auxiliando assim no tratamento de pacientes com câncer.

Boa ação garante presentes de Natal para estudantes

Como já é tradição no Ministério Público, membros e servidores adotaram, também nos últimos anos, cartinhas do projeto Papai Noel dos Correios, em que estudantes de escolas públicas encaminham ao bom velhinho seus pedidos de presente. Esta iniciativa reacendeu a esperança de meninas e meninos. Entre as centenas de presentes, muitas bicicletas, materiais escolares e brinquedos diversos.



A campanha é promovida pela Assessoria de Cerimonial do MPTO



A campanha atendeu ao pedido de uma escola municipal

■ Páscoa Solidária torna mais doce a festividade de crianças

Participando da campanha Páscoa Solidária, membros e servidores do MPTO doaram cerca de 200 caixas de chocolate para serem distribuídas, na Páscoa de 2022, entre os alunos do Centro Municipal de Educação Infantil Contos de Fada, localizado na região norte de Palmas.

Esta foi a primeira edição da campanha, idealizada pela unidade escolar como forma de alegrar a Páscoa de crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica.



As doações ocorrem com equipamentos em condições de uso

■ MPTO doa equipamentos a órgãos parceiros de reconhecida atuação social

Diversos equipamentos de informática, condicionadores de ar e móveis que integravam o patrimônio do Ministério Público do Estado do Tocantins foram doados, no decorrer de 2021 e 2022, a órgãos com atuação social reconhecida, incluindo várias escolas da rede pública.

As doações decorrem da política institucional do MPTO de promover a renovação periódica dos bens do seu acervo, conforme orienta o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Em razão disso, são doados objetos que são substituídos, mas que ainda estão em condições de uso.

■ ITENS DOADOS

- 275 itens de equipamentos de informática
- 44 unidades de condicionadores de ar
- 127 itens de mobiliário, dentre cadeiras, poltronas, sofás e mesas



Tudo que é coletado é destinado a cooperativas e associações

Ecoponto contribui para preservação do meio ambiente e para geração de renda

Colaborando com a sustentabilidade e com a geração de renda, o MPTO instalou em Palmas, em agosto de 2022, um ecoponto de coleta seletiva, onde integrantes da instituição e dos órgãos públicos do entorno podem fazer a entrega de materiais recicláveis, como papel, papelão, alumínio e plástico. O material recolhido é direcionado para cooperativas e associações de reciclagem.

A iniciativa do MPTO faz parte das ações da Rede TO Sustentável, que é um projeto interinstitucional de triagem e destinação de resíduos voltado a criar oportunidades de preservação dos recursos naturais e de geração de trabalho e renda.

● RESULTADOS

O esforço conjunto e o intenso trabalho desenvolvido pela gestão em favor da estruturação, da modernização e da qualidade levaram o Ministério Público do Estado do Tocantins a alcançar um dos maiores índices de produtividade da sua história: mais de 500 mil movimentações em processos judiciais que se destinam a proteger os interesses da sociedade e a resguardar os direitos elementares dos cidadãos.

04



MPTO supera meio milhão de movimentações judiciais

Nos anos de 2021 e 2022, o Ministério Público do Estado do Tocantins promoveu 509.392 movimentações em processos judiciais. O amplo volume de trabalho compreende a atuação de promotores e procuradores perante a primeira e segunda instância da Justiça.

TIPOS DE MANIFESTAÇÃO

Os números incluem a proposição de 6.242 novas ações (petições iniciais) e 11.986 denúncias, além de recursos, manifestações, registros de ciência, requerimentos de medidas protetivas, requerimentos de prisão, representações por ato infracional e outros.

ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

O Ministério Público atua também na esfera extrajudicial, que compreende, principalmente, o recebimento de representações dos cidadãos e a realização de atividades de natureza investigativa.

Nesta esfera de atuação, foram registradas 25.556 movimentações nos dois anos, incluindo-se a instauração de notícias de fato, procedimentos administrativos, inquéritos civis públicos e outros instrumentos investigativos.

Essa é a quantificação do trabalho que o MPTO desenvolve em favor do cumprimento das leis, ao promover a defesa dos interesses da sociedade e dos direitos indisponíveis dos cidadãos.

509.392 Movimentações judiciais

25.556 Movimentações extrajudiciais

RESULTADOS



Conectando você com seus direitos

TELEFONE (63) 3216-7600

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

SEGUNDA A SEXTA, DAS 09 ÀS 12H E DAS 14 ÀS 18H

ENDEREÇO

202 NORTE, AV. L04, CONJ.1, LOTES 5 E 6

PLANO DIRETOR NORTE - CEP 77.006-218 - PALMAS - TO

www.mpto.mp.br